REVISTA
nº 62 / MAIO 2021

Cidadania e Defesa

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pùblica

Fact checking à Liberdade

Cidadania e Defesa

Índice

03 Editorial
04 Nota Associativa

Política Internacional

06 **Ensaio sobre a politica de Migrações na União Europeia**
Nuno Pereira da Silva
09 **Magrebe em tempos de pandemia**
Raúl M. Braga Pires

Política de Segurança e de Defesa Nacional

15 **Tempo para reflexão**
Vicente Ferreira da Silva
18 **Fazer escolhas**
José António Rodrigues Carmo

Estratégia Nacional

23 **Desinformação e Verdade**
José Cândido de Sousa
26 **Europa: que Horizonte para 2027?**
Ana Isabel Mota Teles

Dossier Especial

30 **A Índia: Estado Secular ou Estado Hindu?**
Francisco Henriques da Silva
36 **Ciclo de Cidadania e Defesa – Perguntas a Patrícia Gaspar (Secretária de Estado da Administração Interna)**
Mónica Rodrigues

38 Parcerias AACDN
39 Biografia dos Autores

09

18

23

30

Editorial

Apesar do contexto pandémico que tem condicionado brutalmente a vida de todos nós, a AACDN deu início a um ciclo de conferências por via digital, a primeira das quais em 7 de Outubro, que foi dedicada à gestão de crises e ao planeamento civil de emergência, com o foco em ameaças e riscos contemporâneos, designadamente um, novo, o covid-19, e outro, antigo, os persistentes incêndios florestais.

Na conferência seguinte, 4 de Novembro, abordamos questões relativas à cibersegurança, particularmente a desinformação e a manipulação eleitoral, temas muito actuais até pelo processo de eleição do Presidente e de 1/3 dos Senadores dos EUA, e obviamente muito relevantes para o mundo.

Estas matérias estão englobadas no conceito de ameaças híbridas, conceito que é evolutivo e abarca a combinação de actividades coercivas com subversivas, de métodos convencionais com os não convencionais, executados por actores estatais ou não estatais, para prosseguir objectivos específicos mas de forma velada.

A ideia base não é nova. Há, aliás, uma frase clássica atribuída a Voltaire: "Menti! Menti! Ficará sempre qualquer coisa". Mas hoje a persuasão tecnológica através das redes sociais assumiu relevância incomparável já que elas facultam a possibilidade de difusão por qualquer um, desde os ignorantes aos manipuladores, de afirmações falsas com impacto nas emoções e no comportamento de milhões de pessoas, iludindo-as, e com a vantagem de isto ser feito com muito baixo custo.

Segundo um estudo do MIT, as notícias falsas espalham-se 6 vezes mais depressa do que as verdadeiras. É entendível: em regra são rapidamente assimiláveis porque não requerem análise da fundamentação que não existe e são direcionadas a alvos com menor capacidade crítica.

Atento a este quadro, pelo menos desde 2015 tem o Conselho Europeu recordado "a necessidade de mobilizar os instrumentos da EU para ajudar a fazer face às ameaças híbridas".

Mas, ainda que úteis e de aplaudir, estas medidas terão apenas um efeito marginal. É que não havendo forma de evitar que a distorção dos factos e a mentira sejam divulgadas, resta-nos, para obstar a uma sociedade caótica, não democrática, o incremento da indispensável capacidade crítica dos cidadãos através da instrução e da educação generalizadas. E creio que não poderemos aceitar menos do que isso!

Neste número da Revista, que por razões facilmente entendíveis sai com um grande atraso, queremos ainda fazer referência a dois acordos firmados no interesse dos associados: o acordo com o SAMS e o acordo com um grupo de farmácias, ambos adiante divulgados, e cuja utilização depende apenas de a situação contributiva perante a AACDN se encontrar regularizada. ■

João Franco
Presidente da Direcção

Colaboram neste número
Ana Mota Teles, António José Rodrigues Carmo, Francisco Henriques da Silva, José Cândido Sousa, Mónica Rodrigues, Nuno Pereira da Silva, Raúl M. Braga Pires, Vicente Ferreira da Silva

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Cidadania e Defesa

Boletim Nº 62 / Mês de Maio 2021
Diretor: João Franco CDN 96 | Editor: Mónica Rodrigues CDN 02 | Design, Paginação, Imagem de capa e composição de ilustrações: Isa Silva | Produção: MGI (Portugal), Lda. / DPS | Administração e Redação: Campo de Santa Clara, 62, 1100-474 Lisboa - Telefone 211 608 539 - E-mail geral@aacdn.pt - NIPC 501547541 | Ilustrações criadas a partir de imagens do Freepik | Apoios: MDN, Cerealen | Tiragem: 25 exemplares impressos | ©AACDN 2021 | Depósito Legal Nº 260726/07

Nota Associativa

Maturana, Factos e Opiniões na Internet

«O método de desviar a atenção do mal e de viver apenas à luz do bem é esplêndido, desde que funcione. (...) Colapsa, no entanto, logo que chega a melancolia (...).»

William James, As Variedades da Experiência Religiosa

Quem teve a sorte de conhecer a obra de Giovani Sartori viu como este politólogo conseguiu descrever o mundo em forja.... No seu livro Homo Videns, escrito em finais de 1997, o cientista social alertava para uma irreparável perda: a perda gradual da capacidade de abstração do ser humano, originado pelo aumento da sua dependência do «videover», e a consequente transformação do homo sapiens em homo videns (Homo Videns. A sociedade teledirigida).

E de facto, quase três décadas depois, vemos com séria gravidade nas primeiras páginas de um reputado jornal lusitano (O Jornal Económico) o título de notícia «Metade dos jovens portugueses não distingue opinião de facto na Internet, conclui estudo da OCDE».

Ao ler o título confesso que os meus neurónios dispararam de imediato para aquela máxima célebre de John Maynard Keynes, algo parecido com isto: «Se os factos mudam, eu mudo. E o senhor, o que faz?». A questão é exatamente esta, o que fazemos e o que podemos fazer?

E, após um novo disparo neuronal (o cérebro prega-nos amiúde algumas partidas, quando lhe damos demasiada confiança e liberdade...), recordei a perda recente no mundo científico, a de Humberto Maturana. E porquê? Porque este neurobiólogo e epistemólogo, em trabalho conjunto com Francisco Varela, são um marco de referência no aprofundamento do pensamento sistémico. Relembramos como foi importante identificar a capacidade autopoiética de um sistema, enquanto capacidade para se autodefinir, para se autoconstruir e para se renovar.

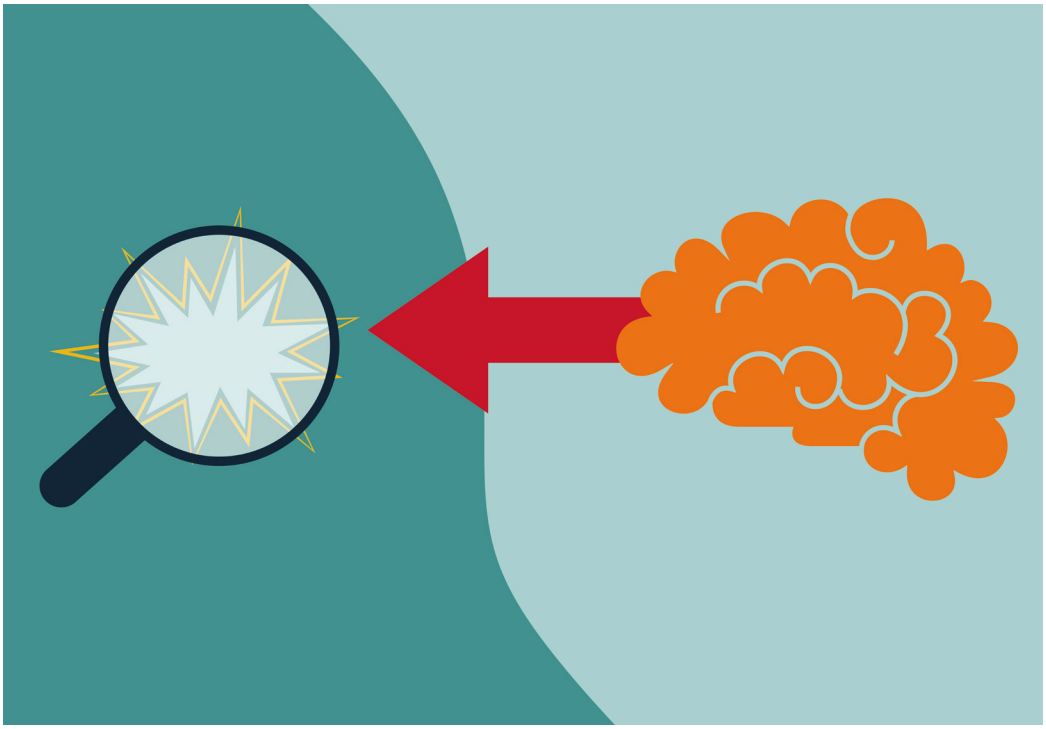
Mas o pensamento é mesmo assim, rebelde, disparando até para onde não queremos. Resta-me, agora,

enlaçar esta galeria de autores com os factos e as opiniões. Esta capacidade autopoiética é a base da «sociedade aberta» de Karl Popper, capaz de se refletir, de se autoconstruir e de se auto renovar. Mas, na diminuição de capacidade crítica que parece caracterizar uma parte da juventude portuguesa (e não só, mas isso será para outra conversa), conseguimos preservar essa capacidade de auto renovação? O «Fact Checking» é disputado, hoje, por novos jogadores que pretendem ser os arautos da verdade e dos factos. Temo o soar de novos i-tambores proclamando um «homem novo», paladino de uma nova verdade, porque a História está repleta de tentativas semelhantes que desembocaram numa verdade única totalitária com fins trágicos para milhões de vidas.

Como grande desafio para o associado fica, desta vez, a seguinte pergunta: «Pode, esta «Admirável Nova Normalidade» resistir à *autopoiesis* e tornar-se num sistema fechado incapaz de se renovar? Poderá o dilema «Canhões vs Manteiga» ser substituído por um outro, «Terra aplanada vs Liberdade»? Uma vez mais a realidade muda, e tenho as minhas dúvidas que mude para melhor.

E o(a) senhor(a) associado(a), o que faz?

Fact check ! ▪



Mónica Rodrigues
Editora

Ensaio sobre a politica de Migrações na União Europeia

A União Europeia há anos que sente, que os países na sua vizinhança, próxima e longínqua a Sul, poderão constituir uma ameaça demográfica à sua maneira de ser e estar no Mundo.

Nuno Pereira da Silva

Em termos geopolíticos, de acordo com a doutrina de **Haushofer**, **a teoria que em termos gráficos pode ser comparável aos gomos de uma laranja,** a Europa e o Continente Africano estão indelevelmente ligados, desde o início da expansão Portuguesa para o norte de África, iniciada nos tempos de Dom Henrique, tendo nessa altura o Infante Dom Fernando ficado preso em Ceuta e por lá tendo morrido no cárcere, até aos nossos dias em que passada que foram as colonizações europeias do Continente, continuamos a intervir militarmente como UE em vários países em guerra no Norte de África e no Sahel, atualmente sob pretexto de restabelecermos a paz, mas que visam impedir que a migração, o terrorismo, o narcotráfico e o crime a elas associados, cheguem à UE.

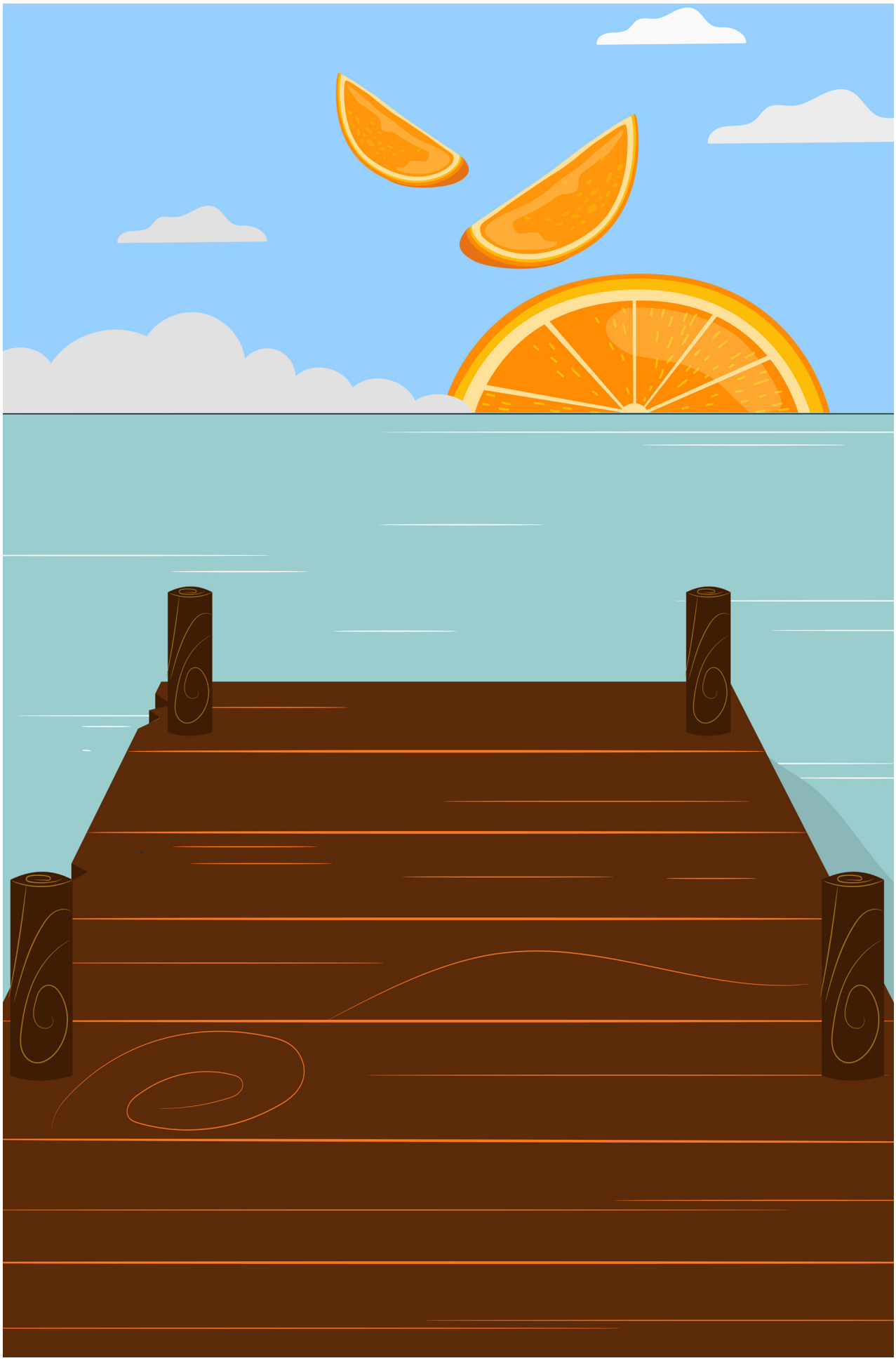
Várias iniciativas foram estabelecidas, formal e informalmente, entre a UE e África, e muito em especial, com os países do Norte de África, de que destaco a Declaração de Barcelona, a ser paulatinamente integrada nas Políticas de Vizinhança mais amplas da UE.

O objetivo, embora implícito na Declaração de Barcelona, sempre foi o de estabilizar os países mediterrânicos, do Magrebe ao Mashreque, tentar desenvolvê-los em termos económicos e sociais, para que a sua crescente e exponencial população, não tenha necessidade de emigrar para a UE para poder sobreviver.

Estas políticas de desenvolvimento sustentável são demoradas e exigem investimentos avultados e sobretudo vontade política, para os cabalmente executar, vontade essa que não existe efetivamente.

A UE cometeu todavia, em minha opinião, há cerca de dez anos, um erro político de avaliação, ao patrocinar e instigar, ainda que indiretamente, o movimento informal designado por Primaveras Árabes, que destabilizou os regimes, embora autocráticos, legítimos, que estavam, e alguns permanecem ainda no poder no Norte de África e no Mediterrâneo Oriental.

As intervenções militares no Iraque, no Afeganistão, e na própria Síria, ainda que não tenha sido com forças regulares no terreno, protagonizadas pelos EUA, pela NATO, e pela própria UE na República Centro - Africana e no Mali, têm potenciado as migrações para o território da UE, pois foram causadoras da maioria dos fluxos migratórios para a UE, de que destaco a terrível crise migratória de 2015 que assolou o território Europeu.



Nuno Pereira da Silva

Gostaria de, antes de abordar diretamente as erráticas políticas da UE em relação ao problema das migrações em busca da União Europeia, frisar que, entre todos os migrantes há alguns que são refugiados que fogem de Guerras e de perseguições políticas, religiosas e étnicas, e os migrantes económicos, tendo os primeiros que ser tratados de forma diferenciada dos segundos, pois têm direito a um estatuto legal próprio, que os Estados-membros da UE sufragaram na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais do Homem.

Gostaria também ainda de referir que, malgrada a errónea percepção de alguma população dos Estados-membros da UE, que migrantes não são sinónimo de terroristas, e que a percentagem de migrantes que chegaram à União Europeia, em relação ao somatório da sua população que é de cerca de quatrocentos milhões de habitantes, não ultrapassa ainda os dois por cento, malgrada a propaganda feita pela extrema - direita europeia amplamente divulgada sobre a forma de massacre noticioso pela comunicação Social.

Seria ainda necessário referir que a totalidade dos ataques terroristas ocorridos na UE não foram protagonizados por nenhuns destes novos migrantes, mas sim por alguns filhos de migrantes que se encontram em solo europeu há dezenas de anos, sendo um resultado das inadequadas políticas de integração por parte de alguns Estados-membros da UE.

A Europa fortaleza está a ganhar à racionalidade e à Europa da solidariedade e da Cooperação

Após estas breves, mas importantes considerações, gostaria ainda de referir que a União Europeia está, em minha opinião, a não ter uma política de migração coerente, não cabalmente diferente da política Republicana protagonizada por Donald Trump nos EUA, tentando suster as migrações para o território europeu na Turquia com quem assinou um acordo vergonhoso e contrária à sua Carta de Direitos Humanos, pagando a Erdogan uma quantia considerável para que este impeça as

Várias iniciativas foram estabelecidas, formal e informalmente, entre a UE e África, e muito em especial, com os países do Norte de África, de que destaco a Declaração de Barcelona, a ser paulatinamente integrada nas Políticas de Vizinhança mais amplas da UE

vagas de migração que partem do seu território, mormente em direção às Ilhas Gregas.

A maioria dos migrantes que conseguem, no entanto, chegar a território da União Europeia são encaminhados para campos de refugiados em Itália e na Grécia, não com melhores condições que, os campos de concentração de Auschwitz, que tanto condena.

Em termos documentais e formais, neste período de 2015 até à atualidade, a UE decidiu em Conselho, atribuir à Frontex, a guarda da sua fronteira Marítima, maiores poderes de fiscalização, às vezes de socorro e outras hipocritamente de intimidação, obrigando pela força algumas embarcações a regressar, para o território de onde partiram.

O último documento elaborado recentemente pela Comissão neste domínio das migrações e da integração de migrantes na União Europeia, e que em princípio vai ser apresentado em Novembro do corrente ano ao Conselho Europeu, reformula o documento em vigor sobre a mesma temática que nunca foi cabalmente cumprido, muito em especial no tocante à obrigatoriedade dos Estados-membros em receber uma determinada percentagem de migrantes chegados à UE, de acordo com cotas pré-definidas que na nova formulação é substituído por obrigatoriedade em acolher, ou pagar um determinado montante pelo seu repatriamento.

As políticas de migração da UE resumem-se ao pagamento, quer seja a Erdogan que tem a União Europeia refém ao ameaçar abrir as suas fronteiras aos migrantes (que tem na prática presos em Campos de Refugiados/ /concentração, caso condene e eventualmente queira sancionar o país economicamente as suas atuais políticas expansionistas) **ou de obrigar os Estados-membros a pagar uma percentagem de repatriamentos**, correspondente à sua anterior cota de acolhimento obrigatório, mas nunca cumprido, de migrantes para os territórios de origem.

A Europa fortaleza está a ganhar à racionalidade e à Europa da solidariedade e da Cooperação.■

Magrebe em tempos e pandemia[1]

Centrarei a minha análise em Marrocos, Argélia e Tunísia, já que os dados e informações da Mauritânia e particularmente da Líbia, em guerra, são mais propaganda do que realidade.

Raúl M. Braga Pires

Apesar desta ressalva inicial, transversalmente, o efeito que esta novidade trouxe em termos de rupturas e "abre olhos" para as populações locais, foi o mesmo, devido sobretudo a dois elementos que têm mantido os nacionais destes países, numa espécie de mentira colectiva, relativamente às realidades locais e à realidade do Outro, que neste caso se pode resumir ao Europeu.
O primeiro desses elementos, é a propaganda interna a que estas populações - pós-coloniais, com sistemas plebiscitários que confundem com Democracia e que propiciam regimes de culto ao Presidente ou ao Rei – estão sujeitas e formatadas para não questionarem a informação dada relativamente ao posicionamento competitivo dos respectivos países, face ao(s) vizinho(s), em pleno processo de construção da nação pós-colonial, sendo que a arabização do sistema de ensino após as independências, em muito contribuiu para esse "comer e calar".
O segundo desses elementos, é o de perceber que as economias destes países, são economias falsas, sem aspas. Significa isto dizer, que todos estes países têm um cabaz de produtos subvencionados pelo Estado e uma "caixa de compensações"[2], através da qual o Estado compensa o valor que o consumidor não pagará na farinha do pão, no óleo vegetal da frigideira, no açucar do chá e dos doces, na gasolina do carro.

O primeiro desses elementos, é a propaganda interna a que estas populações - pós-coloniais, com sistemas plebiscitários que confundem com Democracia e que propiciam regimes de culto ao Presidente ou ao Rei – estão sujeitas e formatadas para não questionarem a informação

1) Este site da Organização Mundial de Saúde, disponibiliza um motor de busca no topo que permite aceder aos dados da evolução da pandemia por país: https://covid19.who.int/?gclid=EAIaIQobChMI4ZD97P2p7QIVV53VCh1B4wiAEAAYASAAEgLfu_D_BwE
2) https://cdc.gov.ma/

Ora o vírus quando ataca "é como o algodão, não engana", já que é democrático e transversal, colocando a nu estas economias e o nível de desenvolvimento dos países, contradizendo as "verdades" difundidas a estes nacionais ao longo de 4 décadas.

Marrocos

Este parece ser o caso mais crasso e evidente de tudo o que foi dito até aqui, já que Hassan II impôs uma expressão que ainda hoje perdura na consciência global duma população cujo sistema de ensino e os "anos de chumbo"[3]das décadas de 70 e 80 do século passado, produziram gerações de pseudo-preparados, sob a capa do diploma fácil e da integração dessas mesmas gerações na Função Pública (outra "caixa de compensações"), pouco viajada e nada ciente do Mundo fora do reino. A expressão "Maroc, le plux beau pays au Monde", está para Marrocos como a consciência colectiva dos portugueses esteve durante o Estado Novo, fruto da postura e do percurso de vida do ditador e que se traduziu num "pobrezinhos mas honestos". A diferença, nesta comparação, é a de que a expressão em português foi absorvida e incorporada pelos portuguesas e não imposta pelo líder, como no caso marroquino.

A realidade trazida à tona pela pandemia, tratou-se de um "abre olhos" para os marroquinos ao perceberem, sobretudo, que o seu Serviço Nacional de Saúde não estava preparado (como nenhum outro estava), para lidar com tamanha demanda de testes de despistagem e, sobretudo, de internamentos. O monarca, foi lesto a isolar o país de entradas e saídas das suas fronteiras, no início de Março, ao 8º caso registado no reino, o que ao longo do longo confinamento que se seguiu e que foi sucessivamente sendo prolongado, lhe valeu, inicialmente, as "hossanas" habituais pelo zelo com que protegia os seus. O que estava ainda por vir, foi perceber que o vírus, para além de democrático, é também ele "malthusiano", já que a dificuldade em achatar a curva da infecção, apesar das medidas impostas pelo confinamento total e posterior recolher obrigatório e uso mandatório de máscara na via pública, numa fase de algum alívio e já no Verão, as condições insalubres nos bairros populares e mercados, nas grandes cidades, sobretudo em Casablanca, juntamente com a indisciplina e facilitismo das pessoas, fizeram os números dispararem para em média 2 mil casos diários, quando no primeiro momento do confinamento total, andavam em média entre os 600 e os 800. Este "momento malthusiano", já no Verão, é quando a economia e as empresas começam a "rachar" pela base, fruto da não actividade turística, do não regresso dos emigrantes em férias e da consequente não entrada de divisas no país, habitualmente enviadas pelos mesmos emigrantes também confinados e/ou em dificuldades nos países de adopção na Europa e na América do Norte. É aqui que os marroquinos percebem que a Caixa de Compensações está vazia e já nada pode compensar, enquanto o rei, em Outubro, compra mais um palácio em Paris[4] pelo valor de 80 milhões de euros!

O segundo desses elementos, é o de perceber que as economias destes países, são economias falsas, sem aspas

O Sahara conveniente

O Novembro marroquino, é sempre momento de exaltação nacional pelas datas chave que celebra, no processo de construção nacional pós-colonial, já que a 06 se celebra a Marcha Verde sobre o chamado Sahara Ocidental e, a 18, a Festa da Independência que celebra o fim de 44 anos de Protetorado sob administração

3) Os "Anos de Chumbo" têm início após o Rei Hassan II ter sofrido duas tentativas de assassinato, ou de "putsch militar", como preferem os marroquinos, com uma diferença de 11 meses entre Julho de 1971 e Agosto de 1972. Estes acontecimentos marcaram o início do período conhecido como mencionado, durante o qual liberdades e garantias ficaram suspensos até ao início da década de 90.
4) https://histoiresroyales.fr/roi-mohammed-vi-maroc-achete-hotel-particulier-paris/

francesa. Dois momentos chave de inequívoca exaltação nacional, sendo que este ano contou com um bónus oferecido pela desesperada polisario[5], que insiste em tentar voltar em colocar a questão sahraoui na Agenda Mundial. Para tal, desde o início de Outubro, decidiu cortar a ligação rodoviária entre o Sahara marroquino e a Mauritânia, na terra-de-ninguém que se designa por Guerguerat. O Palácio aprendeu a gerir estas provocações ao estilo Hassan II, com um sábio "deixa-os poisar"[6] e foi deixando aglomerar a fila de trânsito com camiões plenos de bens, muitos deles perecíveis, jogando sabiamente com diplomatas ardilosamente sábios, os quais durante todo o mês de Outubro capitalizaram a seu favor esta afronta ao livre comércio internacional e à livre circulação de pessoas e bens. A 6ª-feira 13 deste Novembro, sete dias após a celebração dos 45 anos da Marcha Verde[7], o Exército marroquino fez o que melhor sabe e facilmente "varreu" este "acampamento rodoviário" improvisado, restabelecendo a circulação na única via que liga por terra Marrocos à Mauritânia. Desde essa data, a polisario/RASD[8], declarou o Estado de Guerra com Marrocos, colocando fim a 29 anos de cessar-fogo, que vigorava desde 1991[9].

Actualmente, os marroquinos encontram-se concentrados neste conflito, cujas poucas informações que chegam da frente, dão conta de escaramuças e troca de tiros, ao longo dos 2700 Km de muro que separam o Sahara marroquino do Sahara Ocidental, sem grandes detalhes sobre operações, baixas e estragos, para além daquilo que o avisado Ocidental identifica como propaganda de guerra.

E o vírus?

O vírus, actualmente, passou para um plano secundário, por via deste desígnio nacional que, à imagem do "País mais belo do Mundo", dá pelo nome de "marrocanidade do Sahara"[10] e, por mais um bluff do Palácio, que permitirá aos marroquinos a incorporação de mais uma mentira colectiva, a de que "vai tudo ficar bem" por via da campanha de vacinação massiva prevista já para meados de Dezembro, antes ainda de haverem vacinas aprovadas e no mercado[11]. Cria-se de momento, a espectativa de que na próxima Primavera, tudo voltará à normalidade e que, de facto, Marrocos se afirme como "le plus beau pays au Monde", graças ao "Meilleur Roi du Monde", como inequivocamente espelham os para-brisas traseiros dos táxis do reino, com uma fotografia do monarca em camuflado militar.

Argélia

Exactamente o mesmo cenário que em Marrocos, sobretudo ao nível da falta de assistência médica e da falta de preparação dos hospitais para acudir à procura da despistagem e posterior tratamento a infectados, sendo que a Argélia iniciou em Janeiro de 2020, uma

Em conclusão, o "vírus democrático e malthusiano" ataca tanto na Argélia, como em Marrocos ou em Portugal, mas perante o cenário político descrito trata-se apenas de mais uma prioridade e não um caso de vida ou de morte, como já o foi na chamada 1ª vaga

5) Frente Popular de Libération de Sanguía el Hamra y Río de Oro.
6) Após o fracasso da gestão do caso Aminatou Haidar em Novembro/Dezembro de 2009, o Palácio optou por não agir de forma imediata e temperamental, optando por regressar a métodos antigos, mais ardilosos e subtis.
7) https://atalayar.com/content/mohamed-vi-celebra-el-45%C2%BA-aniversario-de-la-marcha-verde
8) RASD – República Árabe Sahraoui Democrárica
9) https://www.publico.pt/2020/11/14/mundo/noticia/sara-ocidental-frente-polisario-declara-nulo-cessarfogo-marrocos-vigor-ha-29-anos-1939245
10) http://www.aps.dz/monde/107103-l-ue-reaffirme-sa-position-de-non-reconnaissance-de-la-marocanite-du-sahara-occidental
11) Refiro bluff, já que o anúncio deste plano nacional de vacinação, refere também que o reino será o 1° país no Mundo a efectuar o mesmo, tendo-o anunciado no início de Novembro, antes de haver vacina aprovada. Na sequência desta notícia, criou-se também a ilusão de que tudo no país estará sanado até à Primavera de 2021. https://www.jeuneafrique.com/1072023/politique/covid-19-le-maroc-premier-pays-au-monde-a-lancer-une-campagne-de-vaccination-nationale/

nova fase, a qual se desenhava optimista, mas que acabou caindo no déjà vue, sem culpas da pandemia, a qual marca a agenda, mas que no último trimestre deste ano também passou para segundo plano, pelos factores que passarei a elencar:

- 1°, em Janeiro passado o novo Presidente (PR) Abdelmadjid Tebboune tomou posse, colocando um ponto final ao "momento Bouteflika" que durou 20 anos, eliminando também e, consequentemente, o chamado Clã Bouteflika do expectro de influência política do país, num momento de optimismo e até certa euforia popular.
- 2°, O Hirak[12], o Movimento popular que no ano anterior se tinha levantado contra um 5° Mandato do então PR Abdelaziz Bouteflika tinha-se imposto e conseguido uma importante vitória, de tal forma que, com pandemia ou sem ela, iria sempre continuar a marcar a agenda ao longo do 1° ano da nova Presidência;
- 3°, o novo PR Tebboune tinha como estratégia apresentar mudanças rápidas[13], em cerca de 9 meses, o que aliás fez, para depois se legitimar definitivamente através de uma aprovação maciça da Nova Constituição, em Referendo realizado no dia 1° de Novembro de 2020[14];
- 4°, O Hirak que, conforme dito no ponto 2°, teve vitória galvanizadora e inspiradora da "maioria silenciosa" argelina, teve como mote para 2020, o apelo à abstenção no referendo à nova Constituição, reforçando a contestação de 2019. O Movimento não queria um 5° Mandato de Bouteflika, mas também queria uma mudança geracional na liderança política argelina e, o novo PR Tebboune, sempre representou um mal menor para a Argélia, aos olhos da liderança do Movimento. Tebboune fora por 5 vezes ministro dos governos Bouteflika, tendo também sido Primeiro-Ministro por 3 meses em 2017. Ou seja, o novo PR representava o que de pior tinham tido os 20 anos de Bouteflika, já que fazia parte do Clã do então Presidente. E o Hirak conseguiu vencer também o "braço-de-ferro" do referendo à nova Constituição, já que o seu apelo ao boicote ficou expresso na taxa de 24%[15] de participação do mesmo, deslegitimando assim o novo eleito e centrando de novo o debate sobre assunto que parecia já estar arrumado, o da legitimidade de um PR legitimamente eleito, mas símbolo da "velha-guarda";
- 5°, a prova de que não houve mudança geracional, comprova-se no déjà vue em que a Argélia mergulhou praticamente em simultâneo com a realização do referendo, já que 5 dias antes deste, o PR Tebboune foi evacuado de urgência para um hospital alemão[16], suspeito de estar infectado com Covid-19, tendo esta versão se tornado a oficial ao longo do mês de Novembro, período durante o qual os argelinos voltaram ao sobressalto de não saberem se o seu Número 1 está em recuperação, vivo ou morto e, com a agravante de já não haver um General Toufik[17], o Número 1 oficioso do PR Bouteflika durante as suas longas ausências médicas;

No entanto, o futuro da "Pequena República dos Professores" , como assim foi apelidada nos tempos do 1° PR Habib Bourghiba, em tudo dependerá da guerra na Líbia e da imposição nesta das vontades e plano turco para o país e região

12) Hirak significa "Movimento".
13) O que fez, sobretudo ao nível dos postos chave da Defesa e Segurança, substituindo as lideranças fiéis ao General Gaid Salah, que entretanto morreu 11 dias após a realização das eleições de 12 de Dezembro de 2019. O novo PR também apresentou o esboço da nova Constituição a referendar a 01 de Novembro de 2020.
14) O 1° de Novembro de 1954 marca o início da luta armada argelina contra o colonizador francês, daí a simbologia deste dia para a realização deste referendo.
15) https://www.aa.com.tr/fr/afrique/r%C3%A9f%C3%A9rendum-constitutionnel-le-taux-national-de-participation-atteint-24-en-alg%C3%A9rie/2027923
16) https://information.tv5monde.com/afrique/algerie-l-opacite-demeure-apres-un-mois-d-absence-du-president-tebboune-385570
17) https://www.bbc.com/news/world-africa-34268565

- 6º, talvez pela existência deste cenário de uma Argélia quase a entrar em transe, o que só não se materializa porque este país mediterrânico tem o "Poder da torneira" do gás para a Europa, ou seja, tem um adquirido que o obriga a não entrar em aventuras e uma população calejada nestes momentos de incerteza, talvez pela existência deste cenário, dizia, a polisario/ /RASD decidiu "acampar" em Guerguerat, provocar os marroquinos, decretar o fim do cessar-fogo e jogar com as rivalidades dos generais argelinos neste quase vazio de Poder Central, na esperança em voltarem à mesa das grandes decisões, sustentando-se num discurso presidencial do início de Outubro[18], no qual o novo PR reafirmava que a existência do Sahara Ocidental não era negociável para a "nova-velha Argélia".

Em conclusão, o "vírus democrático e malthusiano" ataca tanto na Argélia, como em Marrocos ou em Portugal, mas perante o cenário político descrito trata-se apenas de mais uma prioridade e não um caso de vida ou de morte, como já o foi na chamada 1ª vaga.

Tunísia

No início de Março, a Tunísia registou o 1º caso de Covid-19 e fechou fronteiras por 3 meses. Uma vez mais, trata-se de um país que mostrou o seu ponto fraco aos seus, o sistema de saúde. No entanto, conseguiu a proeza de ter achatado a curva das infecções de tal forma, que em Junho de 2020 registou 6 dias seguidos sem novas infecções[19]. Neste caso, terá sido a abertura de fronteiras ao turismo, sector tão importante para a sua economia como em Portugal, que terá retirado a Tunísia da possibilidade de se constituir numa "zona livre", nome que provavelmente passarão a ter os territórios que consigam, eventualmente, aniquilar o vírus e as cadeias de transmissão.

Actualmente a Tunísia regista em média 1000 casos diários, encontra-se politicamente estável, com um Governo tecnocrata e em Janeiro de 2021 celebra 10 anos de Primavera Árabe e de fim do regime de Ben Ali. Há 10 anos também que se tornou o país mais dependente da Turquia, em todo o norte de África, cedendo primeiro à abordagem de investimento económico turco, não tendo depois argumentos, nem força, para parar o investimento bélico turco na Líbia, utilizando território tunisino como plataforma de projecção de força.

A Tunísia apresenta o cenário menos catastrófico no Magrebe e norte de África, não sendo alheio a tal o facto de também ser o país mais pequeno, com menos população e com menos "zonas vazias" e distantes dos centros urbanos, da Mauritânia ao Egipto. No entanto, o futuro da "Pequena República dos Professores" , como assim foi apelidada nos tempos do 1º PR Habib Bourghiba, em tudo dependerá da guerra na Líbia e da imposição nesta das vontades e plano turco para o país e região. ■

O Autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

Fontes (Contactos diários com fontes locais)

www.maghreb-machrek.pt
https://covid19.who.int/?gclid=EAIaIQobChMI4ZD97P2p7QIVV53VCh1B4wiAEAAYASAAEgLfu_D_BwE
https://cdc.gov.ma/
https://histoiresroyales.fr/roi-mohammed-vi-maroc-achete-hotel-particulier-paris/
https://atalayar.com/content/mohamed-vi-celebra-el-45%C2%BA-aniversario-de-la-marcha-verde
https://www.publico.pt/2020/11/14/mundo/noticia/sara-ocidental-frente-polisario-declara-nulo-cessarfogo-marrocos-vigor-ha-29-anos-1939245
http://www.aps.dz/monde/107103-l-ue-reaffirme-sa-position-de-non-reconnaissance-de-la-marocanite-du-sahara-occidental
https://www.jeuneafrique.com/1072023/politique/covid-19-le-maroc-premier-pays-au-monde-a-lancer-une-campagne-de-vaccination-nationale/
https://www.aa.com.tr/fr/afrique/r%C3%A9f%C3%A9rendum-constitutionnel-le-taux-national-de-participation-atteint-24-en-alg%C3%A9rie/2027923
https://information.tv5monde.com/afrique/algerie-l-opacite-demeure-apres-un-mois-d-absence-du-president-tebboune-385570
https://www.bbc.com/news/world-africa-34268565
https://www.spsrasd.info/news/fr/articles/2020/10/10/27789.html
https://www.leparisien.fr/societe/covid-19-en-tunisie-la-courbe-de-cas-remonte-un-premier-mort-depuis-le-17-juin-02-08-2020-8362440.php
https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/-a-originalidade-da-tunisia-13005358.html

17) https://www.spsrasd.info/news/fr/articles/2020/10/10/27789.html
18) https://www.leparisien.fr/societe/covid-19-en-tunisie-la-courbe-de-cas-remonte-un-premier-mort-depuis-le-17-juin-02-08-2020-8362440.php

Tempo para reflexão

Foi relutantemente que Lorde Hastings Lionel Ismay aceitou ser o primeiro Secretário-Geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Porém, no término do seu mandato, Lorde Ismay era o maior defensor da OTAN, sobre a qual, no início da sua carreira política, afirmou ter sido criada para "keep the Soviet Union out, the Americans in, and the Germans down.".
Esta expressão assume agora um novo significado.

Vicente Ferreira da Silva

A importância da Aliança Atlântica ao longo do correr dos tempos é inquestionável. Desde as suas origens até ao mundo pós-ataques de 11 de setembro, passando pela Guerra-Fria e pela queda da cortina de ferro, a OTAN demonstrou uma enorme capacidade de resiliência e de adaptação, tendo sido capaz de se moldar às mutações do mundo e às suas circunstâncias. Se ao longo do tempo, e particularmente após o final da Guerra-Fria, a própria Aliança já vinha a rever e actualizar os pressupostos relativos às temáticas da defesa e segurança, no que respeita à preeminência entre estes dois conceitos, é incontestável que, após os atentados de 11 de Setembro, a segurança passou a ser o paradigma dominante.

"keep the Soviet Union out, the Americans in, and the Germans down."

Apesar da alteração de paradigma, as preocupações com a temática da defesa permaneceram prementes para a Aliança

Apesar da alteração de paradigma, as preocupações com a temática da defesa permaneceram prementes para a Aliança. **É sempre aconselhável ter em mente que as organizações são feitas por homens que nos relacionamentos com os seus semelhantes nem sempre estão de acordo.** Mesmo quando apenas aliados estão reunidos. Ora, o mesmo pressuposto é válido para o conjunto de países membros da OTAN, não sendo, por isso, de estranhar que a conexão atlântica tenha experimentado flutuações ao longo do tempo. Note-se que essas volatilidades não foram criadas apenas pelos relacionamentos humanos. Também o foram com a alteração, ou introdução, de objectivos estratégicos. Por exemplo, o NATO Asia Pivot originou inquietações na Europa devido à viragem gravitacional dos Estados Unidos da América (EUA) em direção à Ásia-Pacífico.

Vicente Ferreira da Silva

Desde a viragem do século que é visível uma fragmentação no que respeita ao centro de influência mundial. **Actualmente, existe uma bipolaridade no que respeita aos centros de influência mundiais.** Enquanto o centro político mundial se mantêm no Atlântico, a globalização, que teve a consequência de provocar uma dissonância no binómio política/economia, antecipou a deslocação do centro comercial para o Pacífico. Nesse contexto, a OTAN deverá ser percepcionada de outra maneira.

A União Europeia reconhece desde 1990, a relevância estratégica e económica da Ásia. Contudo, não obstante as disposições do Tratado de Lisboa relativamente à defesa europeia, o comprometimento da OTAN na Ásia representa o acentuar da diferença entre europeus e norte-americanos quanto aos contributos financeiros e operacionais. Aplicando a perspectiva de **Richard Rosecrance** é inegável que existirão vantagens e méritos. Porém, essas vantagens e esses méritos não são idênticos para ambos os pólos da OTAN. Desde a génese da Aliança que é verificável a abissal diferença existente, no que respeita à capacidade militar e ao compromisso económico, entre os aliados norte-americanos, particularmente a dos EUA, e europeus.

A mudança dos EUA em direção à Ásia limitou os seus recursos e o desempenho do seu habitual papel na Aliança. Paradoxalmente, a intervenção da Líbia ilustra-o, onde maior exigência foi requerida aos europeus. Contudo, considerando os últimos acontecimentos mundiais, é improvável que os europeus aumentem o montante do seu esforço financeiro na OTAN. Para além disso, os tempos fizeram ressurgir velhas ameaças. Adaptando a ideia de Lorde Ismay, em relação à Europa, isto é o que Putin e sua "comitiva" desejam: Os russos querem entrar, expulsar os americanos e manter os alemães em baixo. Algo que só conseguirão plenamente com a dissolução da OTAN.

Por exemplo, o NATO Asia Pivot originou inquietações na Europa devido à viragem gravitacional dos Estados Unidos da América (EUA) em direção à Ásia-Pacífico

No últimos anos, o relacionamento político entre os chefes de estado europeus e norte-americano não foi o melhor. As tensões foram indesmentíveis. Oxalá a entrada duma nova administração norte-americana possa alterar esse comportamento e voltar a unificar todos os membros em prol do futuro da Aliança. **A unidade na diversidade é essencial para esse efeito.** ■

pub

Cerealen

Fazer escolhas!

Em fins de Setembro de 2020, gerou-se um pequeno sururu político-diplomático em torno de umas declarações do então embaixador americano em Lisboa.

António José Rodrigues Carmo

Em entrevista ao semanário Expresso, o embaixador deixou um recado às autoridades portugueses, sobre a necessidade de fazer escolhas, no que toca aos negócios com a China, nomeadamente nas tecnologias de ponta, ligadas à informação, particularmente aquilo que comummente se designa por 5G.

As declarações suscitaram indignações várias, e tanto o Governo como o Presidente da República vieram a terreiro mediático, fazer músculo nacionalista, marcando terreno com gesticulações de macho alfa, declarando que em Portugal mandam os portugueses e outras "patrióticas" tiradas.

Ora para lá das bravatas e das declarações inflamadas, importa entender o que sustenta a preocupação americana.

O mundo do poder e o poder no mundo estão a mudar rapidamente e o cenário que se desenha é o de uma China em expansão, face a um Ocidente titubeante, ingénuo, dividido e em aparente declínio, não só naquilo que sustenta o poder puro e duro, mas também no campo da vontades e da confiança nos seus valores, nos demónios interiores, manifestando um fastio fatalista pelas

Enquanto os EUA identificam a China como um competidor estratégico, elencam desafios estratégicos vitais e procuram desacoplar a sua economia do abraço chinês, a EU vê Pequim como um parceiro

consequências do eventual fim da ordem internacional liberal que impulsionou e construiu.

Nada podia ser mais demonstrativo desta divisão do que a diferença entre os EUA e a EU. Enquanto os EUA identificam a China como um competidor estratégico, elencam desafios estratégicos vitais e procuram desacoplar a sua economia do abraço chinês, a EU vê Pequim como um parceiro e preconiza o aprofundamento do envolvimento com o país, tendo em vista abstrações grandiloquentes como a "promoção de interesses à escala global".

Basta reparar que o Presidente da China, um totalitarismo orwelliano, foi acolhido em Lisboa como um estadista benévolo e magnânimo, ao passo que o Presidente dos EUA, uma democracia aliada, é tratado na Europa como se tivesse sarna.

E refugiados nestas criativas vacuidades, os líderes europeus parecem ignorar deliberadamente o desplante estatal chinês, que distorce os mercados, viola as normas internacionais de comércio, e a propriedade intelectual, espia tudo o que pode, e polui dramaticamente o ambiente, já para não falar da ausência de direitos e liberdades, e do controle orwelliano, sobre os quais assenta a sua organização social.

Face à crescente afirmação da China, que inclui a exibição ostensiva e reiterada do músculo militar nas suas imediações, é meridianamente claro que a China está de regresso às milenares pretensões de "Império do Meio", centro mundial de poder perante o qual todos os povos devem fazer o kow tow.

Vários analistas antecipam que, por exemplo, dentro de dez anos, a China terá uma frota naval superior à dos EUA, em número de navio, incluindo uma força de porta-aviões, dos quais o terceiro está prestes a entrar ao serviço. Estes porta-aviões não se comparam, por agora, aos dos EUA, mas mostram com pristina clareza as intenções globais chinesas, muito para além dos mares limítrofes.

Em última análise a China pretende substituir a actual ordem mundial do tipo liberal, liderada pelos EUA, por uma ordem feudal e mercantil, liderada por si.

Nesta nova ordem, os países serão basicamente tratados como súbditos, e catalogados, tal como os súbditos chineses, de acordo com a sua aceitação ou recalcitrância relativamente ao diktat imperial.

Ora esta ordem internacional não nos interessa já que, como país democrático, a nossa prosperidade assenta em regras de mercado, em direitos, liberdades e garantias.

O nosso governo, bem como todos os governos de países democráticos terão de reconhecer que, a menos que seja confrontada, a China caminha a passos largos para definir o terreno e as regras do jogo, o que nos conduzirá a maior pobreza, menos liberdade e menos segurança, nada menos que a completa usura dos interesses vitais de qualquer país.

Já hoje, ainda em posição não dominante, a China passeia uma notável arrogância, coagindo e ameaçando todos os países que se cruzem no caminho para os seus objectivos.

Há dias o "Global Times", órgão de propaganda oficial do regime chinês, referia-se à India como "um país que tende a ter mais confiança que poder" e à Austrália questionando "que poder tem a Austrália com a sua limitada economia e população? Se Camberra enfurecer a China, enfrentará duras consequências".

Isto para não falar das ostensivas e cada vez mais frequentes intimidações navais e aéreas sobre os países vizinhos, a propósito das águas e arquipélagos do Mar do Sul da China.

Ou seja, no que toca às relações internacionais, a estratégia da China é simples e brutal: Nós temos poder, fazei o que nós dizemos ou sofrei as consequências.

Vários analistas antecipam que, por exemplo, dentro de dez anos, a China terá uma frota naval superior à dos EUA

Face a um actor com esta envergadura, este potencial e esta psicologia, os outros estados ou resistem, ou acabarão como servos da gleba do que poderá vir a ser a nova China Imperial, dominados pelo seu poder, tolhidos pelo medo e sem espaço para se afirmarem.

O poder chinês, nada terá a ver com o poder

americano, e as próprias guerras em que entrar tenderão a ser totais, esmagando o adversário sem quaisquer restrições éticas, morais, jurídicas ou até de contestação interna, totalmente inexistente, num país onde os mandarins mandam e o povo obedece.

Este cenário é de inevitável concretização a menos que a China seja confrontada e impedida de alargar a sua influência.

Sendo os EUA o único poder com capacidade real de liderar e fazer frente a este desígnio chinês, mais tarde ou mais cedo os alinhamentos são inevitáveis, **porque no mundo hobbesiano que se avizinha, não haverá muito espaço para idealismos e condomínios kantianos.**

As tecnologias 5G, cavalgadas por empresas controladas pelo Estado chinês, são, neste momento, uma das mesas onde se joga esse braço de ferro estratégico. Trata-se de tecnologias imersivas, intrusivas e invasivas e, algumas delas, praticamente invisíveis, susceptíveis de afectar, não só a esfera individual, mas a própria estrutura de segurança dos países. Também a inteligência artificial, a cibersegurança, a internet dos objectos, entre outras tecnologias, podem ser game changers e derivar para aplicações susceptíveis de afectar os equilíbrios militares que, hoje por hoje, ainda obrigam a China a algumas cautelas e a manter perfis não excessivamente proeminentes. Mas isso também está a mudar com impressionante rapidez.

No auge da corrida chinesa para suplantar a dominância americana, regional e globalmente, os americanos vêm mostrando uma crescente preocupação pelo modo como as empresas e as tecnologias chinesas acedem aos mercados europeus, incluindo Portugal, adquirindo posições dominantes em infraestruturas e grandes empresas, alguma das quais podem estar ligadas ao poder duro, como tratamento da informação, transferências de dados e tecnologias, produção e controle de matérias raras, controlo de bens e serviços essenciais, etc, todas elas susceptíveis de fortalecer o poder chinês, seja o militar propriamente dito, seja os poderes soft, de intimidação, chantagem, etc.

O projecto da " Nova Rota da Seda", perante o qual Portugal tão favoravelmente se manifestou em 2018, é o exemplo claro do modo como a China vem construindo a sua ameaçadora teia de dependências. Já hoje inúmeros países da Africa, Asia e América do Sul sentem na "pele" a experiência perturbadora do que significa deixar-se abraçar pela "ajuda e protecção" do dragão chinês

Ora Portugal partilha com os EUA um determinado quadro de valores civilizacionais, uma identidade e uma cosmovisão, totalmente opostas aos que caracterizam a civilização chinesa.

E à medida que os laços sino-americanos continuam a afrouxar, em função da deliberada estratégia de desacoplamento, Portugal terá de fazer escolhas e posicionar-se claramente ao lado dos esforços americanos para afrouxar o sufocante abraço chinês. Só assim os nossos interesses vitais serão assegurados.

Claro que haverá impactos, porque o investimento chinês no nosso país é elevado e vai desde a EDP à REN, passando pela saúde, indústria farmacêutica, seguros, imobiliário, telecomunicações, banca, etc, mas, por duros que sejam, não se comparam aos que desabarão sobre nós no médio e longo prazos, se e quando o bafo do dragão nos chamuscar.

O investimento chinês foi conjunturalmente importante, principalmente no período da troika, quando o país carecia absolutamente de capital, mas é já claro que por detrás dele não estão lógicas empresariais, mas sim uma perigosa visão política e estratégica do Partido Comunista Chinês.

O preço será pago um dia, e em espécie.

Há dias o "Global Times", órgão de propaganda oficial do regime chinês, referia-se à India como "um país que tende a ter mais confiança que poder" e à Austrália questionando "que poder tem a Austrália com a sua limitada economia e população? Se Camberra enfurecer a China, enfrentará duras consequências"

Nesse sentido a China está também a apostar forte no controle do Porto de Sines, aumentando uma malha estratégica que se estende já pelo mundo, e que vai da Bélgica, a Djibuti, passando pela Grécia, Namíbia, Austrália, Paquistão, Sri Lanka, etc.

Ora havendo também interesses americanos sobre Sines, a escolha deverá ser feita tendo em conta, não só os milhões do negócio, mas também o essencial dos recados do embaixador americano.

Há escolhas estratégicas a fazer!

Os políticos portugueses, cuja "estratégia" parece limitar-se a navegar à vista das eleições, apreciam o investimento chinês, acham que é dinheiro fácil, e acreditam ainda que dele só coisas boas virão. Neste mindset, o aviso americano soa-lhes como um relógio despertador numa manhã de Domingo e relembra-lhes que o tempo em que se podia ter o melhor dos dois mundos, ou como diz o povo, sol na eira e chuva no nabal, não vai durar sempre e quando chegar a hora das ordálias, as contas far-se-ão, queiramos ou não.

Bem avisados andarão os governos nacionais se usarem do critério estratégico e não apenas do volume dos cabazes de dinheiro, na hora de escolher parceiros económicos e empresariais, tendo sempre presente que as empresas chinesas estão, em ultima análise, às ordens do PCC e, no limite, não se regerão por banais critérios económico-financeiros.

Ou seja, será importante para Portugal reduzir paulatinamente as interdependências económicas com a China, e enfatizar os laços com os seus parceiros ocidentais, nomeadamente os EUA, seja quem for que ali e aqui governe.

Sobretudo não deve um país como o nosso, embarcar alegremente no "bashing" gratuito dos líderes americanos que não agradam aos políticos do momento, seguindo a mentalidade de rebanho e acosso que se vem instalando nos poderosos meios académicos, políticos e mediáticos, que navegam hoje no vasto barco da correcção política.

Para Portugal, a continuação da ordem internacional liberal, sustentada pela potência americana, é de fundamental importância já que, além de os EUA serem o principal pilar de uma aliança que nos protege, faz parte do nosso espaço civilizacional e é, por assim dizer, dos "nossos", partilhando inclusivamente o sistema político que milénios de História decantaram, ao fim de incontáveis e sangrentas tentativas e erros. ■

Desinformação e Verdade – Trump abriu a porta

Com mais de 70 milhões de votos Donald Trump perdeu as eleições por pontos e não por KO como todos esperavam. E não me parece que seja surpreendente que tal tenha acontecido pois Joe Biden com um perfil baixo, aparentemente não é um líder carismático com um projecto mobilizador, mas tão só o "mal menor" e única alternativa para correr com Trump permitindo que o mundo volte a dormir descansado e regresse ao aconchego enganador de uma Liberdade controlada, vigiada e pré-determinada.

José Cândido Sousa

O "espectáculo hollywoodesco" do exercício da democracia (roupagem que o mundo ocidental enverga como farda e procura exportar com o rótulo de eficácia na defesa da justiça e igualdade, enquanto esconde esbate e por vezes combate tudo que lhe dá identidade ou afirma a diferença) só num exercício teórico e com muito boa vontade poderá deixar descansados os observadores e analistas.

A América farol da Liberdade, com estas eleições presidenciais poderá ter iniciado o processo de contagem regressiva que pré-anuncia o fim da democracia representativa. Trump pode ser acusado de muita coisa mas terá a seu favor o facto de ter tornado evidentes com todo o despudor, as fraquezas e fragilidades do sistema. Num mundo global o "America first" tornou-se um anacronismo, mas trouxe para a luz do dia sem disfarces, as armas que o poder global utiliza para directa ou indirectamente submeter as pessoas, limitando a liberdade e os direitos, mentindo, manipulando, vigiando, controlando. Foi há quatro anos com a eleição do presidente americano que se começou a falar mais comumente de manipulação eleitoral com a acusação de que a Rússia teria interferido na eleição de Trump. A**s redes sociais cuja novidade da sua utilização como instrumento do marketing eleitoral aparecem com a eleição de Barak Obama em 2006, tornam-se o campo de batalha privilegiado e ganham uma inusitada expressão tornando-se um imenso laboratório para as mais modernas técnicas de influência e manipulação da vontade individual;** psicólogos, sociólogos, neurocientistas escondidos há décadas nas caves universitárias e Institutos (Tavistock, Stanford) a estudarem, testarem e reflectirem sobre o comportamento humano, ganham com o desenvolvimento tecnológico um aliado que

O "espectáculo hollywoodesco" do exercício da democracia (roupagem que o mundo ocidental enverga como farda e procura exportar com o rótulo de eficácia na defesa da justiça e igualdade, enquanto esconde esbate e por vezes combate tudo que lhe dá identidade ou afirma a diferença) só num exercício teórico e com muito boa vontade poderá deixar descansados os observadores e analistas

permite concretizar de forma global em meia dúzia de anos aquilo em que andavam a trabalhar há décadas: o algoritmo. Descoberto no século IX por um matemático não é mais que "uma sequência finita de instruções não ambíguas utilizadas para resolver um problema ou fazer um cálculo". A sua aplicação informática tornou-se o ovo de colombo para quem sem escrúpulos quer obter ou manter o poder, já que a aplicação ao conhecimento dos processos mentais permite sem darmos por isso perscrutar e invadir o nosso íntimo, tornando-nos presas fáceis de estratégias inconfessáveis de guerra e poder seja político ou económico, ou do casamento dos dois como se verifica actualmente. A aplicação do conceito de Quarto Poder à Informação e aos seus intérpretes, os jornalistas, surge pela importância na intermediação do conhecimento, interpretação e divulgação de factos noticiosos que contribuem decisivamente para a construção da opinião pública afectando as decisões sociais; com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, está construído o edifício democrático. Percebe-se pois deste modo, a importância vital da Comunicação e da Informação nas sociedades democráticas ou ditas democráticas em que vivemos. Steve Bannon é a eminência pouco parda por detrás de Donald Trump (um empresário da construção, ex-apresentador de televisão e ex-dono do concurso de beleza Miss USA que já em 2000 tinha tentado via Partido Reformista chegar à Presidência) que definiu a estratégia e dirigiu a campanha em 2016. Bannon formado na Business School de Harvard , banqueiro e produtor de filmes era desde 2012 director executivo de um website extremista que se intitulava "plataforma Alt-right" ou seja Alternativa de Direita onde exercitava já a difusão de notícias falsas. A utilização da desinformação como estratégia e arma de ataque, procurando criar uma opinião pública favorável e "alternativa" à mensagem do Partido Democrata, em breve tornaria a vida política americana numa realidade virtual em quem já ninguém se entendia e onde se confundiam os conceitos de verdade e mentira. O exercício da instrumentalização da informação assumia na Casa Branca uma opção estratégica que diariamente se concretizava no relacionamento difícil com os jornalistas que confrontavam o Presidente com as suas contradições e mentiras, e mais tarde com a esmagadora maioria dos Orgãos de Comunicação Social. Esta exploração ilimitada da criação de uma realidade virtual alternativa ganhava vida própria nas redes sociais onde as teorias de conspiração (Q Anon) conquistam adeptos e atravessam fronteiras chegando à Europa. A Desinformação, a Manipulação Eleitoral e o Cibercrime alastram como fogo na web, e tornam-se autênticas armas de destruição maciça utilizadas por Estados ou Grupos de Interesses Corporativos, seja na política interna ou externa em função dos interesses estratégicos ou geoestratégicos. **É uma nova era cujo nascimento estamos a assistir, que estou em crer irá redefinir o conceito da intermediação dos acontecimentos e dos seus intérpretes, da importância que os mesmos terão ou deixarão de ter na formação da opinião pública e de que forma se fará a comunicação entre governantes e governados.** A partir da agora o problema volta a ser filosófico. Teremos de encontrar o caminho, UM caminho, para que a verdade seja de novo consensual. Nem dogmática nem relativa, nem metafísica nem epistemológica. A incerteza, a dúvida, o medo geram confusão, incapacidade de análise e desequilíbrio emocional que tornam o ser humano presa fácil dos predadores. Não podemos deixar a centelha da vida à frieza dos bites. Sejam mega ou giga. ■

A utilização da desinformação como estratégia e arma de ataque, procurando criar uma opinião pública favorável e "alternativa" à mensagem do Partido Democrata, em breve tornaria a vida política americana numa realidade virtual em quem já ninguém se entendia e onde se confundiam os conceitos de verdade e mentira

CANCELADO

Europa: que Horizonte para 2027?

Em tempos de incerteza, muitos têm sido os debates para pensar e preparar um Mundo pós-COVID. O debate que será aqui compreensivamente resumido não foi exceção. No entanto, vai muito para além da retoma financeira ou até mesmo da Saúde.

Ana Mota Teles

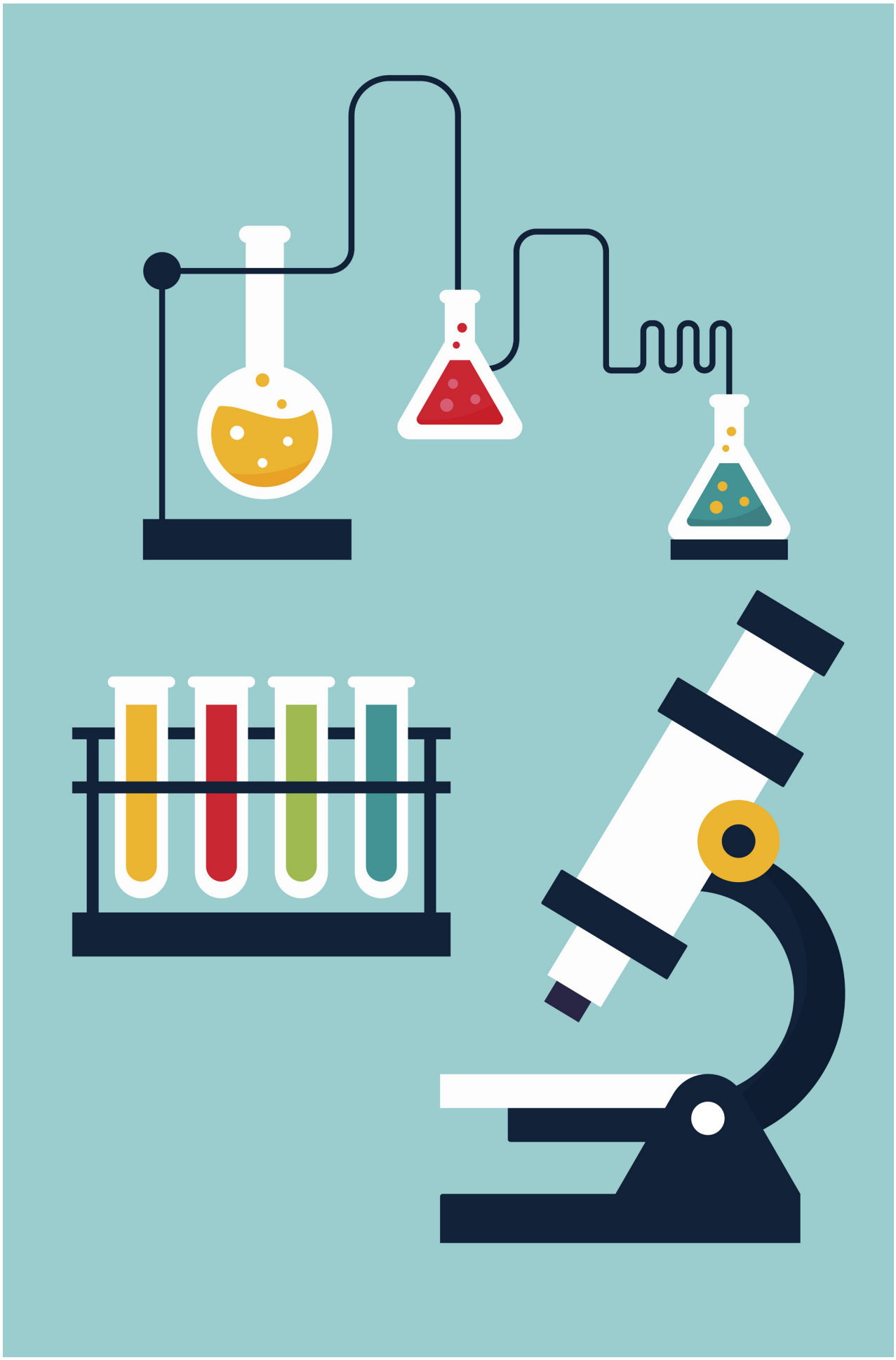
No final do mês de Setembro de 2020, a Comissão Europeia realizou os European Research and Innovation Days, um evento anual que junta cientistas e decisores políticos de todos os Estados-Membros e que este ano teve como principal função não só a partilha de conhecimento, mas também a auscultação dos peritos para a definição da aplicação do ambicioso programa Horizonte Europa, que estará em vigor entre 2021 e 2027, com um orçamento de 100 mil milhões de euros:

- 52.7 mil milhões de euros para os desafios globais e competitividade industrial europeia;
- 25.8 mil milhões de euros para a ciência de excelência;
- 13.5 mil milhões de euros para a Inovação;
- 2.1 mil milhões de euros para o alargamento da participação e reforço do espaço europeu da investigação;
- 2.4 mil milhões de euros no Programa de Pesquisa e Formação da Euratom).

Devido às questões de saúde pública de um evento destas dimensões, o mesmo foi realizado em formato digital; no entanto, a riqueza que advém da diversidade de opiniões e da complementaridade das diferentes áreas de conhecimento manteve-se. Com efeito, na edição deste ano, a Conferência sobre Políticas de Inovação foi transversal num programa abrangente de dez incubadoras temáticas para o debate participativo e definição conjunta de medidas e prioridades nas seguintes áreas:

1. Políticas de Alargamento da Participação e Fortalecimento da Área Europeia de Investigação;
2. Green Deal Europeu;
3. Digitalização;
4. Horizonte Europa;
5. Missões do Horizonte Europa;
6. Implementação Inteligente e Sinergias;
7. Cooperação Internacional;
8. Conselho Europeu de Inovação;
9. Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia;
10. Conselho Europeu de Investigação.

Numa época em que a mobilidade está reduzida ao mínimo possível e em que se reflete sobre o impacto na Globalização, estes dias serviram para demonstrar a necessidade de manter a Cooperação Internacional na Ciência, com a proposta de carreiras de investigação verdadeiramente europeias, de



circulação livre e balançada entre Institutos de diferentes Estados-Membros. Para tal, é necessário o estabelecimento de novas fronteiras, através do compromisso coletivo para a Inovação e Investigação colaborativa, com o estabelecimento de consórcios europeus.

Também a contestação da Ciência, num ano em que assume uma importância ainda maior na vida diária da população, levou a um apelo à estimulação da liberdade académica, através do recurso aos fundos necessários, quer para a Inovação, quer para a prática científica. É fundamental o fortalecimento da Ciência na Sociedade (aumentando o trabalho científico e a resiliência), aumentar o número de sinergias e parcerias industriais, a promoção do trabalho em Investigação e suas condições e retirar as barreiras de deslocação de talentos.

As sinergias parecem revestir-se de maior significância, uma vez que numa abordagem holística, abrangente, assumem um papel preponderante para o processo de democratização. Nesse sentido, importa reter que as tecnologias daqui resultantes não podem constituir um fim por si só, mas que ao se tornarem acessíveis a todos vão permitir a aquisição de competências para o mercado de trabalho do Futuro e, assim, atuar como um agente de democratização. O sucesso destas sinergias de Inovação é a própria cadeia de valor colaborativa, que cria um fluxo de conhecimento sem segmentação.

É fundamental o fortalecimento da Ciência na Sociedade (aumentando o trabalho científico e a resiliência), aumentar o número de sinergias e parcerias industriais, a promoção do trabalho em Investigação e suas condições e retirar as barreiras de deslocação de talentos

Para Portugal, que se propõe a duplicar as verbas conseguidas ao abrigo do programa Horizonte 2020, para 2 mil milhões de euros, importa apostar na sustentabilidade das medidas e no regresso da Natureza às nossas vidas

A Inteligência Artificial (IA) foi um tema amplamente debatido, quer pelo avanço científico que representa, quer enquanto ferramenta para melhorar a Investigação e Inovação em outras áreas (e.g., desenvolvimento de políticas de habitação, promoção de um Sistema Judicial mais justo, mobilidade e logística). Realçando a igualdade europeia no volume de Investigação na IA, em relação aos Estados Unidos da América e à China, encontra-se a necessidade de um maior investimento europeu e uma maior ligação à Indústria, para que a União Europeia atinja o mesmo patamar na aplicabilidade da IA desenvolvida.

A transparência na IA é um fator apontado como determinante para a sua implantação na tecnologia e aceitação pela Sociedade, sendo que se aconselha uma proximidade com os meios de comunicação, quer para a transparência dos algoritmos utilizados, quer para a divulgação da Estratégia Europeia para a Inteligência Artificial.

No entanto, a IA é um campo de Investigação que requer particular atenção aos enviesamentos sociais que acaba por reproduzir. Nesse sentido, é necessário garantir a diversidade e inclusão nas equipas de investigação e um processo de amostragem por estratificação para diminuir a probabilidade de casos como o software de reconhecimento facial, em que aproximadamente 30% das pessoas têm dificuldades em utilizar, por possuírem pele escura, ficando impossibilitados de usufruir desta tecnologia para, por exemplo, desbloquearem o telemóvel. Também o enviesamento de género e étnico estão presentes na IA até agora desenvolvida, o que torna ainda mais relevante a iniciativa **"Engenheiras por um dia"**, desenvolvido em Portugal para a promoção de um primeiro contacto de adolescentes do género feminino com a área da Engenharia, onde estão ainda pouco representadas, Engenheiras e a sua realidade laboral, possibilitando assim a desmistificação e captação de talento feminino.

A descarbonização da economia, o desenvolvimento de soluções sustentáveis para a mobilidade inteligente (com recurso à IA para análise de percursos e consumos), a biodiversidade, o Acordo de Paris e a neutralidade climática da União Europeia em 2050, são objetivos a atingir, tendo em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De um modo geral, reconhece-se a necessidade da criação de políticas de Inovação colaborativa europeia, para a retenção de talentos e assegurar o desenvolvimento do novo Espaço Europeu da Investigação e da Inovação. Para tal, é necessário aumentar as iniciativas de proximidade com atividades de contacto direto e debate de ideias entre cientistas e decisores políticos. Aos cientistas, faz-se o apelo do reconhecimento da necessidade de promoção da literacia política e de diplomacia entre si, uma vez que a criação de políticas científicas exige um discurso único, diplomático, de entendimento entre ambas as partes, para que as políticas resultantes deste debate possam ser fit for purpose.

Para Portugal, que se propõe a duplicar as verbas conseguidas ao abrigo do programa Horizonte 2020, para 2 mil milhões de euros, importa apostar na sustentabilidade das medidas e no regresso da Natureza às nossas vidas. Para tal, a título de exemplo, são necessárias parcerias público-privadas (com a simplificação do número de parcerias que a UE cofinancia), o estreitamento do intervalo entre cientistas e políticos (com a realização de um evento como o aqui abordado, à escala nacional), a promoção de projetos que visem a sustentabilidade na mobilidade, indústria, urbanismo, etc., a diminuição do impacto de futuras crises (nomeadamente as que possam advir das alterações climáticas), o desenvolvimento de meios de transporte terrestre, aéreo e marítimo cujos sistemas não contribuam para o aquecimento global, projetos que visem a redução do uso e risco de pesticidas, o uso de antibióticos e fertilizantes na agricultura, com a consequente maior aposta na agricultura biológica e padrões mais rígidos do bem-estar animal. Tendo em vista a otimização do impulso que este programa poderá permitir, quer ao nível da Inovação, quer da economia portuguesa uma consultora financeira terá, aliás, criado um departamento inteiramente dedicado à candidatura a projetos europeus, com a contratação de cerca de 100 colaboradores para facilitarem esse processo de candidatura, que vão contribuir para o tão desejado aumento da tradução da produção científica na indústria.

Relativamente **ao Green Deal Europeu**, Portugal propõe-se, através do **Plano Nacional de Energia e Clima** a, até 2030: descarbonizar a economia nacional; dar prioridade à eficiência energética; reforçar a aposta nas energias renováveis; diminuir a dependência energética; garantir a segurança do abastecimento; promover a mobilidade sustentável; promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono; desenvolver uma indústria inovadora e competitiva; garantir a transição justa, democrática e coesa. Para tal, define como meta a redução das emissões de gases de efeito de estufa 45-55%; 47% de fontes de energia renovável no consumo final bruto de energia; eficiência energética de 35%; 20% de energia renovável no consumo final nos Transportes; diminuir a dependência energética para 65%.

Por tudo isto, o Horizonte Europa constitui-se uma oportunidade única para o desenvolvimento europeu e, particularmente, de Portugal. No entanto, é necessário atentar à atual conjuntura mundial e à ansiedade social que se vive, por forma a promover uma transição inclusiva, com a democratização de recursos e tecnologias para a dotação das competências necessárias ao emprego e a transparência quer do conhecimento produzido, quer do processo que levou ao mesmo. No próximo mês de junho será a edição de 2021 deste evento, com o habitual debate para a implantação e ajustamento da prática do Horizonte Europa entre decisores políticos e investigadores europeus com a emergência de novas medidas e sinergias para a otimização da aplicação deste programa e do seu papel no posicionamento mundial da União Europeia através de um dos seus valores mais centrais – **a cooperação.** ■

Para tal, define como meta a redução das emissões de gases de efeito de estufa 45-55%; 47% de fontes de energia renovável no consumo final bruto de energia; eficiência energética de 35%; 20% de energia renovável no consumo final nos Transportes; diminuir a dependência energética para 65%

A Índia: estado secular ou estado hindu?

Rodeado pelo mar Arábico a Oeste, pela Baía de Bengala a Leste, pelo Oceano Índico a Sul, pela intransponível barreira dos Himalaias a Norte e por várias cadeias montanhosas a Noroeste e Nordeste, o sub-continente encontra-se fisicamente separado da Ásia a que pertence.

Francisco Henriques da Silva

Pelas suas características próprias, a Índia constitui, pois, uma região geográfica distinta e autónoma, como se de uma verdadeira ilha se tratasse. Em termos geopolíticos, podemos, com efeito, considerá-la como uma ilha[1]. Aí se encontram três países de apreciáveis dimensões geográficas e populacionais: a começar pela Índia, seguida do Paquistão e do Bangla Desh. Neste quadro devem acrescer-se mais dois países pequenos, no "hinterland", sem acesso ao mar: o Nepal e o Butão e ainda dois outros pequenos estados insulares: o Sri Lanka e as Maldivas.

O coração da chamada Ásia Meridional é constituído pela planície indo-gangética que se estende desde o Punjabe a Noroeste até à Baía de Bengala a Leste. Três grandes rios definem a região: o Ganges, o Indo e o Bramaputra.

Estas características clarificam uma "unidade estrategicamente coesa, que, sem prejuízo de excursões e incursões menores através do Noroeste ou pelo mar, permaneceu relativamente insular ou isolada durante muitos séculos"[2].

Tendo em conta as respectivas dimensão geográfica e peso demográfico a que acresce a circunstância de coexistir com países marginais fracos nas suas fronteiras, a Índia é, sem sombra para dúvidas, a potência preponderante na Ásia do Sul.

Enquanto dispõe de barreiras naturais que a separam do exterior, o grande desafio geográfico que se coloca à Índia consiste na falta de sólidas fronteiras internas. "A Índia moderna luta para rectificar as ambições de um governo nacional relativamente fraco que compete com as prerrogativas de estados fortes e diversos – um legado de uma longa história de lutas intestinas de várias dinastias desinibidas pelas montanhas ou por outras características de definição geográfica"[3].

A fronteira do Noroeste carece igualmente de um

1) Cfr. "The geopolitics of India: A Shifting, Self-Contained World", Stratfor https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-india-shifting-self-contained-world
2) Padukone, Neil "Beyond South Asia: India's Strategic Evolution and the Reintegration of the Subcontinent", p. 13, Bloomsbury, Londres, New York, New Delhi, 2014.
3) Vd. https://worldview.stratfor.com/region/south-asia/india

significado geográfico coerente. Foi por ali que passaram as invasões de gregos, persas e mongóis e que culminaram com o império mogol, que permitiu a unificação de quase todo o sub-continente antes do domínio britânico. A fronteira do Noroeste ainda suscita riscos de segurança nacional, devido às constantes disputas com o Paquistão.

As exigências da procura interna significa que a Índia depende de bens e mercadorias importadas que lhe chegam de fornecedores longínquos. Da circunstância de ser uma quase ilha, bem como as condicionantes económicas e securitárias, sobressai a importância do desenvolvimento de uma marinha adequada às necessidades.

Em função dos respectivos condicionalismos geográficos, a Índia centra a sua atenção, quase em exclusivo, no sub-continente, ou seja, está-se perante um enfoque essencialmente indostânico. Resulta, pois, que, se a Índia encontrar uma forma de gerir adequadamente as suas relações com dois elementos hostis que coabitam no mesmo espaço, o Paquistão e o Bangla Desh, existe pouca pressão para ir além deste quadro, ou seja, para fazer muito mais.

Por outro lado, é preciso tomar em linha de conta que, do ponto de vista da política interna, "o nacionalismo indiano é muito forte e contrapõe-se às tendências separatistas. Existe um equilíbrio entre um governo central forte e uma autonomia regional substantiva"[4].

Estes factores conduzem à criação de sistemas localizados que mudam constantemente, que resistem à autoridade central, e que, em última análise, não podem organizar-se num todo coerente, quer por ocupantes estrangeiros, quer por um governo autóctone. É uma paisagem de contínua mudança de entidades políticas, lutando constantemente umas contra as outras ou aliando-se umas com as outras.

É por isso que os governos dos Estados são fortes e o Poder central é fraco.

Da circunstância de ser uma quase ilha, bem como as condicionantes económicas e securitárias, sobressai a importância do desenvolvimento de uma marinha adequada às necessidades

Estas características clarificam uma "unidade estrategicamente coesa, que, sem prejuízo de excursões e incursões menores através do Noroeste ou pelo mar, permaneceu relativamente insular ou isolada durante muitos séculos"

O factor religioso no subcontinente

A coabitação virtualmente inexequível de duas entidades religiosas distintas no mesmo subcontinente está na origem da criação de dois países e posteriormente de três

De referir que, em 1947, quando da independência, das diferentes religiões do Raj (Índia Britânica) apenas o Islão, representado na altura pelo seu protagonista principal, Mohammed Ali Jinnah, líder da Liga Muçulmana, exigiu a separação da Grande Nação de Mahatma Ghandhi para viver a religião do Profeta na sua plenitude porque os muçulmanos não poderiam exercer a sua fé nem compartilhar o exercício das suas obrigações espirituais com outras religiões.

A forte pressão que Jinnah exerceu sobre Lord Mountbatten, o último Vice-Rei da Índia, reivindicando a partição do subcontinente é bem demonstrativa do que se alude.

Pouco importariam os efeitos colaterais como as numerosas vítimas da violência em massa de ambos lados resultante do êxodo massivo de populações e que assim legitimou a posse

4) "The geopolitics of India: A Shifting, Self-Contained World" - Stratfor https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-india-shifting-self-contained-world

por muçulmanos de férteis terras de hindus, sobretudo no Punjabe.
Contrasta igualmente o facto de que muitos foram os muçulmanos que optaram por permanecer na Índia, mais do que aqueles que migraram para a(s) sua(s) nova(s) "Pátria(s)" – Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental (hoje, Paquistão e Bangla Desh), na presumível expectativa de que algum dia o Islão será a religião dominante em todo o mundo (inclusive no subcontinente indiano).
"Jinnah deixou uma forte marca na história sul-asiática, imprimindo-lhe uma nova direção. *Criou um Estado a partir de uma entidade política mais vasta baseado no argumento de que os muçulmanos da Índia britânica constituíam uma nação separada e não uma comunidade.*"(artigo da embaixadora do Paquistão em Portugal, ao "Diário de Notícias", 14 de Agosto de 2017)[5].
Esta incompatibilidade entre muçulmanos e hindus, pela convicção arreigada dos primeiros de que não constituem propriamente uma simples comunidade dentro de um território, mas, antes, uma nação e, nessa ordem de ideias, que se sentiam no legítimo direito de terem um Estado soberano, era real e daria lugar à coexistência de dois estados e posteriormente de três no mesmo espaço geopolítico.
A Índia tem um sexto da população mundial, com uma multiplicidade de etnias e de religiões (hindus, muçulmanos, cristãos, sikhs, budistas, jainistas, zoroastristas e os que praticam religiões tribais). De registar que 94% dos hindus do planeta estão radicados na Índia.

Os desafios internos e as perspectivas de evolução

Os reptos domésticos - antes de quaisquer outras considerações, deve-se salientar que a Índia vive essencialmente voltada para os seus problemas internos, equilíbrios étnicos, religiosos e regionais e entre os diferentes poderes fácticos.
Permanentemente referenciada como a "maior democracia do mundo", esta apresenta-se invariavelmente hipercompetitiva e muito fragmentada.
Acresce que, como já referimos, mas convém salientar, mais uma vez, o poder real do Governo central é débil enquanto que o dos estados é forte. Nestas condições, a governação reveste-se de particulares dificuldades.
Um dos reptos mais relevantes que a Índia tem de defrontar consiste no conflito entre duas visões da Índia: a visão tradicional partilhada por Gandhi, Nehru e o partido do Congresso, ou seja a de um país secular, governado à esquerda e internacionalmente não alinhado, contrastando com a visão de direita nacionalista e populista encarnada por Narendra Modi, na sequência, aliás, do legado do ex-líder do Bharatiya Janata Party (BJP), Atal Vajpayee, já falecido, que governou o país entre 1998 e 2004. A subida e manutenção no poder desta direita nacionalista hindu pode minar as relações entre hindus e muçulmanos e constituir, por seu turno, igualmente factor de divisão dentro da maioria hindu, o que poderá socavar o crescimento económico, fomentar instabilidade interna e gerar insegurança.

Estado secular ou estado hindu? Algumas conclusões

Apesar do seu imenso peso demográfico e dos seus recursos, a Índia é relativamente irrelevante na geopolítica global. Sem embargo, este quadro está a ser alterado pela estabilidade política interna que Narendra Modi trouxe à política interna indiana.
Para além de ter, de algum modo, conseguido dar alguma consistência e coerência à política doméstica, mesmo quando desafia a China em assuntos territoriais e quando preconiza uma maior cooperação com os EUA e os seus aliados.
Numa visão pessimista sobre o "state of play",

Permanentemente referenciada como a "maior democracia do mundo", esta apresenta-se invariavelmente hipercompetitiva e muito fragmentada

5) https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/o-paquistao-celebra-70-anos-de-independencia-8703862.html

a publicação Geopolitical Futures conclui: "presumivelmente, essas consolidações domésticas poderão ter a vida curta. O país é uma manta de retalhos de desigualdades económicas, de matizes religiosos e de complexidade linguística. A nossa previsão a longo prazo para a Índia mantém-se: a Índia não será capaz de ultrapassar estes obstáculos e continuará a ser uma casa das máquinas do sub-continente indiano, todavia incapaz de projectar muito poder para além dos seus limites geográficos"[6].

De registar que Narendra Modi e o BJP são nacionalistas hindus e as suas plataformas políticas são de natureza conservadora. Mais do que a etnia ou a língua, o verdadeiro cimento que une e enforma a Índia é a religião, neste caso o hinduísmo. O estado, porém, oficialmente, afirma o seu carácter laico. Coexistem, nem sempre de forma fácil ou pacífica, diversas minorias religiosas, designadamente a muçulmana (perto de 200 milhões, que correspondem a 14,23% da população) e os sikhs.

Esta visão contrasta singularmente com o conceito original de Nehru, nos termos do qual "a Índia procuraria coordenar no quadro de um estado moderno uma variedade de valores: democracia, tolerância religiosa, desenvolvimento económico e pluralismo cultural"[7].

Assim sendo, é legítimo perguntar: até que ponto a Índia é secular? A inexistência de uma separação inequívoca e sem ambiguidades entre a religião e a política consiste no principal obstáculo para determinar a real dimensão do laicismo ou da secularidade da Índia. Os factos atestam esta asserção: os motins anti-sikhs em Delhi em 1984, com milhares de mortos, a demolição da mesquita de Babri Masjid (Ayodha) por nacionalistas hindus (1992) e tantos outros incidentes inter-religiosos, bem como as próprias eleições contestadas em função das confissões de fé de cada um são disso prova.

Em suma, pode-se concluir que, do ponto de vista constitucional, a Índia é totalmente secular, mas do ponto de vista social não o é.

O próprio Supremo Tribunal indiano assevera que a Índia é, por ora, um país secular, mas exprime dúvidas quanto à sua condição futura.

Um dos reptos mais relevantes que a Índia tem de defrontar consiste no conflito entre duas visões da Índia: a visão tradicional partilhada por Gandhi, Nehru e o partido do Congresso, ou seja a de um país secular, governado à esquerda e internacionalmente não alinhado, contrastando com a visão de direita nacionalista e populista encarnada por Narendra Modi, na sequência, aliás, do legado do ex-líder do Bharatiya Janata Party (BJP), Atal Vajpayee, já falecido, que governou o país entre 1998 e 2004

No conceito mais moderno de nacionalismo hindu, um hindu é qualquer pessoa que reside na Índia e que entende que a Índia é a sua pátria

6) In Geopolitical Futures, "The World in 2018", 15.12.2017.
7) Suni Khilnani, "The Idea of India", Penguin Books India, 1997, pp. 12-13

Hindu como identidade cultural e política

Originariamente, o termo hindu não tinha uma conotação religiosa, mas servia unicamente como designação genérica para povos não turcos (ou não turcomanos) que viviam a oriente do rio Indo.
No conceito mais moderno de nacionalismo hindu, um hindu é qualquer pessoa que reside na Índia e que entende que a Índia é a sua pátria. Esta versão do hinduísmo nacionalista moderno é atribuída a Vinayak Damodar Savarkar (1883-1966), um ateu, para quem o termo hindu constituía, antes do mais, uma identidade cultural e política e não apenas religiosa porque a transcende.
Savarkar avançou com o conceito de "hindutva", no que poderíamos designar por "hinduneidade" (ou indianeidade, em sentido lato), na sua obra Hindutva: Who is a hindu?. Tratava-se da prática da cultura hindu, que permitia a inclusão das religiões autóctones do subcontinente (hinduístas, jainistas, budistas e sikhs, que para Savarkar "eram uma e a mesma coisa"), mas que excluía as religiões de "importação" - muçulmanos e cristãos, por ele considerados como "desajustadas". Savarkar idealizou uma nação (Rashtra) criada no Hindutva. Por conseguinte, a verdadeira nação hindu, nesta acepção peculiar, constitui a base do nacionalismo moderno hindu, que é perfilhada, na actualidade, pelo BJP de Narendra Modi que a introduziu no seu programa político.
Trata-se, em última análise, de saber administrar a imensa diversidade que é a Índia. Esta gestão do nacionalismo hindu a que o histórico Partido do Congresso (Indian National Congress) de Nehru, de Indira e Rajiv Ghandi, não terá estado atento e que acusou manifestas dificuldades e debilidades na abordagem desta temática, preso que estava às baias impostas por questões exclusivamente políticas (secularismo, socialismo, tolerância e multi-culturalismo, entre outras), permitindo assim ao BJP, garantir as condições para ascender ao poder.
Em suma, sem prejuízo das louváveis intenções, no passado e no presente, dos governantes indianos, atenta a enorme e complexa fragmentação do país, já referenciada, os factores de união e coesão nacionais não podem ser unicamente de cariz político, até porque a mensagem teria dificuldade em passar e ser aceite pela população em geral, têm, pois, de assentar em algo que se encontre em estrutural sintonia com o sentimento popular.
A língua é um factor a excluir, à partida. Na sequência da independência tentou impor-se o hindi como língua nacional, o que levou o sul a rebelar-se frontalmente contra tal ideia. Com efeito, apenas 53,6% da população utiliza o hindi como idioma materno ou como segunda língua, virtualmente incompreensível para quem fale kannada, tâmil ou bengali, para citar alguns exemplos.
A etnia não aparenta ter significado e constituiria um factor não só discriminatório, mas de desagregação.
O imenso repositório de tradições ancestrais e modernas encontra-se, pois, no hinduísmo que constitui uma verdadeira condição de unidade política, sem embargo da relevância das demais religiões, algumas expressivas, mas minoritárias, que coexistem no mesmo espaço.
As Forças Armadas, um esteio da sociedade, perante uma vizinhança imediata hostil e turbulenta (Paquistão e Bangla Desh) constituem, quiçá, um outro factor aglutinador que tem de ser tomado em linha de conta.
Podemos concluir que os governantes têm de jogar num equilíbrio intrincado entre, por um lado, este nacionalismo de carácter religioso, perfeitamente enraizado na sociedade indiana, insusceptível de ser revertido e, por outro, o respeito pelos valores democráticos e pelos direitos das minorias religiosas, no quadro do exercício de um poder central que é amiúde contrariado pelos múltiplos poderes dos estados federados e pelas resistências locais.
Não é, por forma alguma, uma tarefa fácil. ■

Trata-se, em última análise, de saber administrar a imensa diversidade que é a Índia

PATRÍCIA GASPAR

Mónica Rodrigues

Ciclo de Conferências Ameaças Híbridas XXI

Conferência Gestão de Crises e Planeamento Civil de Emergência

A Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional iniciou no em outubro de 2020 ciclo de conferências, o primeiro dos quais foi dedicado à Gestão de Crises e Planeamento Civil de Emergência, com o foco em ameaças e riscos contemporâneas, tal como a atual crise pandémica e o persistente risco de incêndios florestais.

Neste encontro de abertura foi nossa convidada **Patrícia Gaspar, Secretária de Estado da Administração Interna**. Contámos também com a participação de Ricardo Mexia, António Marques e José Ferreira, sócios da AACDN.

O Ciclo Ameaças Híbridas XXI pretende ser um espaço de reflexão de matérias como desinformação, subversão, manipulação de eleições, "fake news" entre outras, ameaças estas que, no atual ambiente de segurança imprevisível, conduziram a um renovado interesse sobre a preparação da população civil para situações de emergência. Urge, pois, repensar a segurança em contexto de ameaças híbridas, aquelas que, pela sua natureza, podem ter um impacto severo nas sociedades e nas infraestruturas críticas.

Pelo que a OTAN e os seus Estados membros devem estar preparados e preparar as suas populações. O que são as Ameaças Híbridas? A OTAN tem desenvolvido doutrina no âmbito da preparação da população civil para situações de emergência desde a sua fundação.

MAI, 2020

Recentemente publicado, o decreto-lei nº 43/2020, de 21 de julho estabelece o Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência. Uma estrutura que já existiu na administração pública mas que foi extinta há poucos anos. O que motivou, na conjuntura atual, a sua reativação?

Os desafios que hoje pendem sobre as nossas sociedades obrigam-nos a olhar para o que nos rodeia de forma diferente. O que demos como garantido durante décadas nas sociedades ocidentais, ou já se desvaneceu, ou está em profunda alteração e ignorar esta constatação seria garantir o falhanço das sociedades e das formas como as mesmas são geridas.

As alterações climáticas, o peso da excessiva urbanização, as clivagens entre o norte e o sul no desenvolvimento social e humano, a pobreza extrema, os movimentos migratórios, a proliferação dos movimentos populistas, estatais e não-estatais, as dependências cibernéticas e o shift nos valores sociais e humanos, são apenas alguns dos riscos que estão a mudar as nossas vidas, por vezes de formas muito discretas e que, mais cedo ou mais tarde, vão seguramente condicionar e orientar a forma de gerir o Estado e a causa pública.

Mudaram as perceções do risco, mudaram as perspetivas e mudaram também as expetativas dos cidadãos face a quem pode e deve garantir a

PATRÍCIA GASPAR

Mónica Rodrigues

mitigação de tudo isto e é precisamente neste contexto de mudança e inovação consolidada que o Governo identificou desde logo a proteção das infraestruturas críticas e a recuperação da função de planeamento civil de emergência como prioridades para a presente legislatura.
Recorde-se, a este propósito, **que o país esteve na linha da frente europeia quando, em 2007, assumiu este tema como uma das suas prioridades no quadro da presidência do Conselho da União Europeia, num esforço concertado com o trio de presidências e que culminou com a aprovação da Diretiva europeia**, relativa à identificação, designação das infraestruturas críticas europeias e definição de procedimentos para a sua proteção.
Esta Diretiva Europeia foi transposta para o direito nacional em 2011 e, decorrida quase uma década sobre a entrada em vigor do Decreto-lei 62/2011, o governo está a trabalhar na revisão da atual legislação, tendo por base quer a experiência adquirida durante a sua aplicação, quer a identificação de boas práticas adotadas por outros Estados-Membros da União Europeia.
Neste quadro, era absolutamente fundamental recuperar, de forma consolidada, o Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência e criar as respetivas comissões sectoriais, as quais terão um papel fundamental na preparação face a situações de crise, com vista à salvaguarda do funcionamento dos serviços públicos, das instituições do Estado e das infraestruturas críticas.
Portugal necessita de todas as ferramentas para enfrentar situações de crise e de emergência, passíveis de gerar ruturas inaceitáveis para as sociedades e para as comunidades, as quais, no limite, podem comprometer a continuidade da ação governativa. Um bom exemplo de um cenário desta natureza é a crise gerada pela greve que afetou o setor do transporte de mercadorias perigosas em 2019, a qual levou o Governo a implementar diversas medidas e ações de resposta que, na prática, já consubstanciavam os princípios do planeamento civil de emergência.
As diferentes interdependências que as sociedades foram gerando criam um nível de risco quase sem precedentes, no qual as diferentes áreas de atuação deixam de poder ser vistas como áreas estanques. Na prática, tudo se relaciona com tudo e apenas uma abordagem estratégica e transversal aos diferentes setores de atividade e da ação governativa poderá conduzir a uma real capacidade de planeamento e de resposta face ao potencial de crise.

Como está pensada a sua operacionalização no terreno, considerando-se a natureza interdepartamental do mesmo?

A operacionalização deste Sistema será feita no quadro da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, respeitando a legislação em vigor e numa base de cooperação e coordenação com todos os setores do Estado que partilham responsabilidades nesta matéria.
Neste sentido, serão, a muito breve trecho, nomeados os elementos que ocuparão os cargos previstos no âmbito do novo Sistema e aos quais competirá desenvolver todos os procedimentos tendentes à criação das sinergias com as restantes áreas envolvidas – saúde, agricultura, ambiente, defesa nacional, ciberespaço, etc, permitindo assim cumprir os desideratos que decorre do novo decreto-lei.
A constituição das diferentes comissões será crítica, na medida em que será neste patamar que serão abordadas e operacionalizadas as principais questões de natureza setorial, permitindo assim garantir a transversalidade de todo o sistema.

No âmbito da Administração Interna, e enquanto Secretária de Estado, qual o maior desafio que encontrou até agora?

Quando iniciámos funções, no início da presente legislatura, tínhamos um vasto pacote de medidas e de projetos para implementar, quer na área da proteção civil, quer da segurança rodoviária, dois domínios absolutamente estratégicos e prioritários para o XXII° Governo Constitucional.
Contudo, e quando estávamos no início dos trabalhos, fomos surpreendidos com a pandemia provocada pela doença COVID'19 e tudo mudou radicalmente. Praticamente desde fevereiro de 2020 que fomos obrigados e repensar prioridades e projetos pois tudo o que se relacionava com a COVID'19 passou a ser obviamente a grande prioridade. E este foi, e está a ser, sem dúvida, o grande desafio desta legislatura.
No nosso caso em concreto, este enorme desafio espelha-se em vários domínios, nomeadamente naquele que foi o desenhar das principais regras de segurança, na determinação, pela primeira vez na história democrática de Portugal, do estado de emergência, na manutenção das funções de segurança em paralelo com o respeito pelos procedimentos de contenção do vírus e que obrigou a uma expressiva alteração dos planos existentes, como foi o caso do planeamento para o combate aos incêndios rurais.■

Parcerias

Parceria AACDN com a Associação de Turismo Militar Português

A AACDN assinou com a Associação de Turismo Militar Português um protocolo de colaboração que visa contribuir para a salvaguarda, valorização, gestão e promoção do património histórico-militar nacional, desenvolver o sentido de pertença das comunidades face à sua História local, regional e nacional, bem como preservar e comunicar o legado patrimonial português.
O documento assinado procurará a valorizar e aprofundar o contributo estatutário das duas instituições através da sinergias que resultem de iniciativas, acções conjuntas, programas e projectos de cooperação no âmbito do património histórico-militar a desenvolverem-se das seguintes formas:

- troca de experiência e informação técnico-científica de interesse mútuo
- partilha de recursos bibliográficos e permuta de publicações científicas
- organização de conferências, colóquios, cursos e seminários
- divulgação das iniciativas
- colaboração em projectos e programas comuns de cooperação técnico-científica

Parceria AACDN com o SAMS

Com o SAMS – Serviço de Assistência Médico-Social do Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias, a AACDN assinou um Protocolo de Prestação de Serviços que garante a todos os Associados com as quotas em dia e respectivos familiares como tal identificados, o acesso a todos os serviços e cuidados em geral prestados em todas as instalações.
Para além de beneficiarem de uma hora de parque gratuito sempre que exista, os utentes identificados como Associados AACDN usufruirão dos seguintes descontos e tabelas:

- Parafarmácia
  Desconto de 10% em todos os produtos com IVA de 23%. O mesmo desconto de 10% para os restantes produtos, com a excepção dos medicamentos de valor superior a 50,00 euros (nestes o desconto será de 5 euros).
- Óptica
  Desconto de 10% nas lentes e armações de Óculos graduados, e idêntico desconto nos Óculos de sol e produtos com IVA de 23%
- Próteses Auditivas com 10% de desconto
- Consultas
  Aos beneficiários mesmo que cumulativamente beneficiem de outros subsistemas são aplicadas as tabelas, regras e copagamentos definidos neste Subsistema. Os restantes pagam 30,00 euros.
- Exames de Diagnóstico, Internamento e Tratamento (excepto saúde oral, fisiatria e oncologia)

À semelhança das consultas aplicam-se as regras do Subsistema. Aos restantes aplica-se a tabela base do SAMS, e a mesma tabela se aplica aos beneficiários de outros subsistemas para actos não convencionados por este, como sejam a saúde oral, fisiatria e oncologia
Os valores cobrados pelo SAMS são baseados nas tabelas em vigor e estão sujeitos a eventuais alterações.
O protocolo já se encontra em vigor.

Parceria AACDN com Grupo "A Farmácia"

A AACDN assinou com o Grupo "A Farmácia" uma parceria em que se oferece aos nossos associados vários benefícios em compras presenciais e online, nomeadamente 15% de desconto em medicamentos de venda livre e também nos que estão sujeitos a receita médica, sendo cumulativo com promoções (exceptuam-se os que têm PVP & gt; 69,03€ onde se aplica os 15% no valor a pagar até ao máximo de 5 euros de desconto por unidade); a mesma percentagem de desconto será aplicada aos produtos de higiene, dermocosmética, puericultura, ortopedia, veterinária, homeopatia e outros.
Podem conhecer-se com detalhe as condições desta parceria no site http://www.aacdn.pt/
Entregas totalmente gratuitas e sem valor mínimo de encomenda nos Concelhos de Lisboa, Amadora, Loures, Odivelas, Sintra, Oeiras, Cascais, Almada, Seixal, Sesimbra, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela e Setúbal.
Em dias úteis, pedidos feitos até ás 12,00h são entregues até às 18,00h
Entregas gratuitas a partir dos 25 euros nos outros concelhos de Portugal
Continental , bem como Madeira e Açores, embora sujeitas a restrições
legais, taxas e prazos diferenciados.
Como encomendar?
Email (preferencialmente): encomendas@afarmaciaonline.pt
Telefone: 21711 1072
WhatsApp: 96 191 4850
Site: http://www.afarmaciaonline.pt/
No acto da encomenda é gerada uma Referência Multibanco para efectuar o pagamento prévio.

Biografias

Ana Mota Teles

Psicóloga. Neuropsicóloga Clínica. Especialista em Psicologia Clínica e Saúde. Formadora em Pós-graduações e formações avançadas. Dinamizadora de formação na Ordem dos Psicólogos Portugueses na área da Gestão de Crises Humanitárias, Psicologia da Paz e Resiliência Social. Doutoranda em Neurociências na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Perita Externa em várias instituições - Comissão Europeia; The Counter Extremism Hub; European Cooperation in Science & Technology. COST EXPERT Member. Especialista em Análise da Veracidade e Credibilidade e Micro-expressões Faciais pelo Paul Ekman Group. Com diversos artigos científicos em publicações e comunicações apresentadas em congressos nacionais e internacionais. CDN/18.

António José Rodrigues Carmo

Coronel do Exército na Reforma Extraordinária. Professor Convidado em universidades e empresas na área da Liderança. Licenciado em Ciências Militares, pela Academia Militar. Mestre em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica pela Universidade Nova. Mestre em Ciências Cognitivas pela Universidade de Lisboa. Curso de Estado-Maior do Instituto de Altos Estudos Militares. Formação na área das forças especiais (Curso de Comandos, Curso de Operações Especiais, Curso de "Operaciones Especiales" em Espanha, Curso de Paraquedismo Militar, Curso de Long Range Patrol, entre outros). Funções anteriores - na Escola Prática de Infantaria, Regimento de Comandos, Regimento de Infantaria do Porto, Regimento de Guarnição 2, Brigada Aerotransportada e EMGFA. Participou em missões em Angola e Bósnia-Herzegovina. Autor de livros e artigos. Conferencista convidado. Colaborador nos media. CDN/10.

Francisco Henriques da Silva

Embaixador aposentado. Licenciado em História pela Universidade de Lisboa. Alferes miliciano de infantaria na Guiné (1968 a 1970). Diplomata desde 1975. Diretor dos Serviços do Médio Oriente e Magrebe, Vice-presidente do Grupo Especial de Coordenação para o Processo de Paz no Médio Oriente, Vice-presidente do Instituto Camões e Diretor-Geral dos Assuntos Multilaterais, no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Embaixador (Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Índia, México e Hungria). Embaixador não residente (Burkina Faso, Sri Lanka, El Salvador, Honduras, Belize e Guatemala). Condecorações - Grã-Cruzes da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Nacional do Mérito; Comendas da Ordem da Coroa da Bélgica e do Rio Branco do Brasil; Ordem Nacional da Costa do Marfim. 1°. prémio "Estrela de África", da Organização não-governamental Projeto VIDA. Autor de livros, tem publicado artigos de especialidade e colaborado em várias obras.

Jose Cândido Sousa

Assessorias de Imprensa, Comunicação, Imagem, Marketing Eleitoral em Empresas Públicas, Organismos do Estado e Empresas. Frequência Universitária em Engenharia, na Faculdade de Ciências de Lisboa. Curso de Preparação para Locutores da Emissora Nacional. Curso de Jornalismo de Televisão na RTP. Início na Emissora Nacional em 1976 (após o SMO - Curso de Comandantes de Companhia). Funções de Redacção e Chefia de Redacção na Radiodifusão Portuguesa e colaborações diversas em jornais e revistas, entre 1977 e 1983. Diversos cargos e funções de redacção, e Direcção, na Rádio Televisão Portuguesa, RTP, entre 1978 e 2002. CDN/95.

Nuno Pereira da Silva

Coronel de Infantaria na Reserva. Licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar. Professor Convidado na Universidade de Coimbra (Diplomacia e Segurança). Secretário

Biografias

da Assembleia Geral da Revista Militar. Direção da AFIM (projeto integrado de educação na Ilha de Moçambique). Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Mafra. Doutorando em Relações Internacionais. Mestre em Ciências Militares pelo Instituto Universitário Militar. Pós-Graduação em Relações Internacionais. Curso de Estado-Maior no Instituto Universitário Militar. Curso Geral de Estado Maior no Instituto Universitário Militar. Funções anteriores: Assessor do CEMGFA. Chairman da EUROFOR Working Group. Representante nacional e Vice-chairman do Helsinki Task Force (grupo de trabalho sobre Capacidades Militares da EU). Assessor no Gabinete do Primeiro Ministro Iraquiano. Comandou o Regimento de Infantaria 1. Investigador no IDN.
Autor de livros e artigos. Conferencista convidado. Colaborador nos media. CDN/14.

Patrícia Gaspar

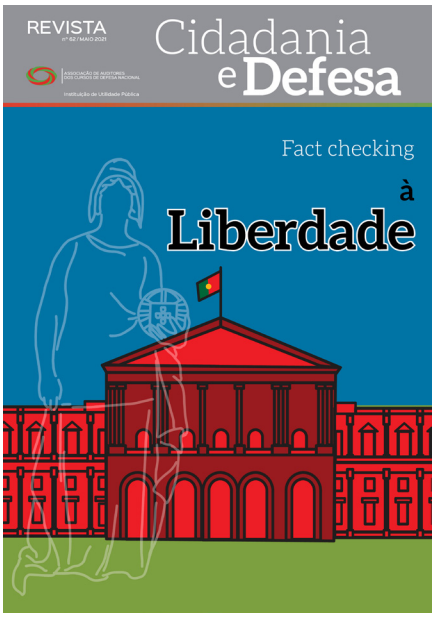
Secretária de Estado da Administração Interna, XXII Governo Constitucional. Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade de Lisboa (ISCSP). Funções anteriores: Marinha portuguesa (1996 a 2000). Quadro do ex-Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC), atual Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) (2000 e 2007); Adjunta de Operações Nacional (2007 a 2013); Comandante Operacional Distrital de Setúbal (2013 a 2017); Adjunta de Operações Nacional, do Comando Nacional de Operações de Socorro (2017); 2ª Comandante Operacional Nacional da ANEPC (2017). Frequentou o Curso de Auditores de Administração Interna no Centro de Altos Estudos do Ministério do Interior de França (2019). Condecorações - Medalha Honra ao Mérito Defesa Civil (Rio de Janeiro, Brasil 2008); Medalha de Mérito de Proteção e Socorro, Grau Prata, Distintivo Laranja (Ministro da Administração Interna, 2011); Ordem de Timor Leste (Presidente da República Democrática de Timor Leste, 2016); Medalha de Mérito de Proteção e Socorro, Grau Ouro, Distintivo Laranja (Ministro da Administração Interna, 2018).

Raul Braga Pires

Politólogo, Arabista. Atualmente Colaborador-Residente de vários media, Diário de Notícias, Serviço Português da Rádio Voz da América e o Programa 2 R's – África Ocidental. Professor na Universidade de Rabat (2011 – 2014). Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa. Mestre em Estudos Asiáticos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutorando em Relações Internacionais no ISCSP. Investigador-Associado do CINAMIL (Academia Militar) e do Observatório Político. Autor do site maghreb-machrek.pt, único espaço lusófono online que se debruça exclusivamente sobre a Região Middle East and North Africa. Conferencista convidado OCS nacionais e internacionais.

Vicente Ferreira da Silva

Licenciado em Estudos Europeus. Professor convidado na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Formação académica em Gestão de Transportes. Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade do Minho. Investigador no Centro de Investigação em Ciência Política (CICP). Autor de artigos de especialidade. Conferencista convidado. Colaborador nos media. CDN/07.



Nº 61 - Junho 2020

Nº 60 - Setembro 2019

Nº 59 - Abril 2019

Nº 58 - Outubro 2018

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Campo de Santa Clara, 62, 1100-474 Lisboa | Telefone: 211 608 539

E-mail: geral@aacdn.pt